

Nº 252
Agosto 1991
Cr\$ 300,00

EM TEMPO:

Esta publicação
é de caráter
interno do PT e
distribuída única e
exclusivamente
aos seus filiados

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT



congresso do pt, reinventar o socialismo, une, mulheres, congresso da cut, prefeitura de são paulo, nicarágua, resoluções da quarta, marxismo, representação eleitoral e negros.

José Carlos Oliveira:
uma morte na luta



Roberto Machado

lowy, joão antonio, catherine samary, toussaint, charles-andré

Uma grande perda

Quando fechávamos esta edição fomos abalados pela perda do companheiro Zezinho, um dos mais antigos colaboradores de nosso jornal e dirigente da Tendência Democracia Socialista. A nota ao lado é uma primeira notícia desta triste perda. Em nosso próximo número, dedicaremos ao Zezinho o espaço que sua trajetória merece.

Esta edição destaca o debate sobre o tema do socialismo. Catherine Samary, uma das maiores especialistas marxistas da atualidade sobre as economias do Leste Europeu, faz uma reflexão em profundidade sobre a interrelação economia e política na transição ao socialismo e nos propõe marcos para voltar a imaginar o socialismo como emancipação humana global.

Michael Lowy, um querido companheiro que tantas vezes frequenta as páginas do EM TEMPO com sua energia criativa está presente com uma instigante abordagem das relações entre marxismo e utopia, defendendo a necessidade dos revolucionários de hoje atualizarem e utilizarem o pensamento utópico. E João Antonio trabalha este mesmo campo de reflexões a partir de sua posição privilegiada de participante dos debates do PT.

A análise do processo em curso hoje na Nicarágua, que é feita em nossas páginas por Eric Toussaint, é um complemento importante de qualquer debate sobre os impasses atuais da luta pelo socialismo.

A CUT vive um momento difícil, com uma aguda luta interna e a atualização de mecanismos administrativos visando determinar o quadro de delegados para o seu próximo congresso, em início de setembro. Gustavo Codas descreve os impasses que este processo está criando e a situação perigosa que está se delineando para a CUT.

Carlos Henrique analisa os primeiros debates de outro congresso, o de nosso partido, que parece estar encontrando seu eixo.

O tema balanço da prefeitura petista de São Paulo foi o tema central do processo de discussão que o partido realizou naquela capital. José Correa relata a discussão e aponta os seus limites.

As falcatruas e maracutaias da democracia modelo Nova República são um tema que têm sempre espaço garantido nas páginas do EM TEMPO. Raul Pont volta a carga a propósito do projeto que apresenta na Câmara dos Deputados estabelecendo a representação proporcional nas eleições de deputados federais.

Mario Diniz participou do último congresso da UNE e mostra a difícil situação que atravessa o movimento estudantil e a intervenção do PT nesta frente.

Na Suíça, a luta das mulheres tem tido um destacado papel na cena política. O processo da greve nacional de mulheres daquele país é descrito por Charles-André Udry.

Esta edição conclui a publicação da terceira e última (ufa!) parte da resolução sobre a situação mundial aprovada pelo Congresso da IV Internacional realizado em fevereiro.

E um aviso: mais polêmicas a vista. Nossa próxima edição trará uma resposta do companheiro Luiz Koshiba, da tendência Nova Esquerda, ao artigo de Eduardo Albuquerque sobre o tema do "Socialismo de mercado" que publicamos em nosso último número. □

Zezinho para sempre

Rualdo Menegat

Uma pequena multidão prestou sua última homenagem ao companheiro José Carlos Dias Oliveira (Zezinho), falecido no último dia 15 de julho. A juventude, feministas, ecologistas, sindicalistas e internacionalistas, dirigentes do PT, o Prefeito Olivio Dutra, parlamentares de Porto Alegre e interior, além de companheiros de outros partidos de esquerda, assobiaram e cantaram o hino da Internacional Comunista.

Com uma atividade política prodigiosa, o companheiro Zezinho desde cedo participou da luta pela derrubada da ditadura e pelo socialismo. Aos quinze anos entra no MDB e ajuda mais tarde a fundar a tendência socialista. Sempre visando a conscientização revolucionária e a propaganda do marxismo, abriu a livraria "Combate".

Fundador do jornal **Em Tempo**, constituiu junto com outros companheiros, o movimento pró-PT em 79. Foi fundador, também, da tendência do PT Democracia Socialista (DS). Em 82, lançou-se candidato a vereador, dirigindo uma campanha ousada e voltada para a juventude, com o slogan "Desobedeça". Pela primeira vez na capital gaúcha uma campanha abordava temas tabus como descriminalização da maconha, homossexualismo, feminismo, ecologia e solidariedade internacional.

Com uma enorme e persistente capacidade organizativa, Zezinho participou da construção em 83 da primeira greve geral, pós 64, que levou a fundação da CUT. Fundou e foi dirigente do sindicato dos metroviários. Participou nos comitês e comandos gerais de todas as campanhas do PT. Sua trajetória inclui, ainda, uma profunda convicção e militância pelo internacionalismo proletário, defendendo e atualizando as idéias de Trotsky de uma forma aberta e despojada. Organizou diversas conferências de debate, entre as quais as do companheiro Ernest Mandel, dirigente do Secretariado Unificado da IV Internacional, quando esteve no Brasil em 84, 88 e 89. Em fevereiro deste ano, foi delegado da DS ao XVIII Congresso da IV Internacional. Era membro da Executiva Estadual do PT, organizando a Secretaria de Assuntos Internacionais e, dirigente nacional e estadual da DS.

O camarada Zezinho foi, para todos nós, um grande exemplo de dedicação na luta pelo socialismo, na construção do PT e pela derrubada de todos os muros.

Seu vigor revolucionário incansável refletiu-se, também, na sua luta pelo amor e pela vida. Pouco antes de sua internação, ainda estava atuante. Suas últimas palavras, já no leito do hospital, foram sobre a sua visão de construção do socialismo no Brasil, os destinos do PT e da DS.

A vida do nosso companheiro Zezinho tem o significado da síntese de uma geração inteira de militantes revolucionários. Daqueles que lutaram contra a ditadura e também pela revolução sexual, cuja maior expressão foi o "Cio da Terra", encontro da juventude gaúcha realizado em 82. Daqueles que como dizia o Che, sabiam ser ternos e solidários nos momentos mais duros da vida. Pela sua trajetória, Zezinho faz parte, sem sombra de dúvidas, daquele grupo de revolucionários que Brecht qualificou como imprescindíveis. □

Índice :

03	Sindical:	Disputa de rumos da CUT	- Gustavo Codas
05	Nacional:	PT avalia prefeitura de São Paulo	- José Correa
08	Nicarágua:	O futuro de Sandino	- Eric Toussaint
11	Nacional:	Congresso do PT: acertando o rumo	- Carlos Henrique Árabe
12	Socialismo:	Voltar a imaginar o socialismo	- Catherine Samary
14	Nacional:	A fraude denunciada	- Raul Pont
15	Movimento Estudantil:	Ventos novos, velhas tempestades	- Mario Diniz
16	Socialismo:	Marxismo e utopia	- Michael Lowy
18	Socialismo:	Teses sobre o socialismo	- João Antonio
20	Especial:	Resoluções do XIII Congresso Mundial da IV Internacional (Terceira parte)	
24	Feminismo:	Mulheres em greve	- Charles-André Udry

Disputa de rumos da CUT

Gustavo Codas

Apouco mais de um mês do IV Congresso Nacional da CUT, o balanço dos debates e encaminhamentos preparatórios é preocupante. O patamar atual da discussão não resolve os principais desafios que o período coloca para a CUT. Procedimentos que questionam a lisura dos congressos estaduais dificultam a construção de um campo comum de formulação de políticas. A CUT PELA BASE, como segunda força do IV CONCUR, e como corrente com um compromisso com a democracia e a construção da Central tem um papel decisivo frente a esse quadro.

Debates preparatórios

O patamar atingido pelas teses apresentadas e os debates em curso estão aquém das necessidades de formulação de políticas para o período.

Que ações realizar frente à "integração comercial" do Mercosul ou da "Iniciativa das Américas" (de Bush)? Como responder às propostas neoliberais de modificação da legislação sindical e trabalhista? Que iniciativas de democratização (medidas anti-burocráticas) devemos tomar nos sindicatos? Qual a política ofensiva frente a recessão e o desemprego? Como defender as estatais frente à fúria privatizante do projeto Collor? Como romper o cerco da direita sobre os trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária? Como combater o controle das 200 grandes empresas monopólicas sobre a economia? Qual a participação da CUT no debate presidencialismo x parlamentarismo? Quais iniciativas tem a CUT face à revisão constitucional? Questões como estas ficam sem resposta no debate preparatório do IV CONCUR.

O debate tem se centrado em questões de balanço (notadamente a participação no "entendimento nacional" de Collor em 1990), o questionamento à "estratégia" da Articulação Sindical para a CUT de "crescimento com distribuição de renda" (que em geral esquece os problemas estruturais do capitalismo brasileiro), e em alguns pontos estatutários.

Há questões de grande importância para o curso que seguirá a Central. Primeiro, está se construindo um largo consenso (só resistido pela Articulação Sindical) que os delegados ao Congresso Nacional devem voltar a ser escolhidos em instâncias das categorias (e não como ficou definido desde 1988, nos Congressos Estaduais).

Há que se destacar que a modificação do Estatuto da CUT de 1988 lhe deu um perfil organizativo que é mais estreito que o que está previsto no Partido dos Trabalhadores para seu I Congresso (o que não deixa de ser um curioso paradoxo: partido amplo, central estreita).

De outro lado, a tese da Articulação Sindical propõe três mudanças estatutárias que acentuam a deformação iniciada em 1988:

- uma, limita a liberdade de expressão na CUT, já que a mesma estaria permitida desde que não contrarie posição de instância superior;

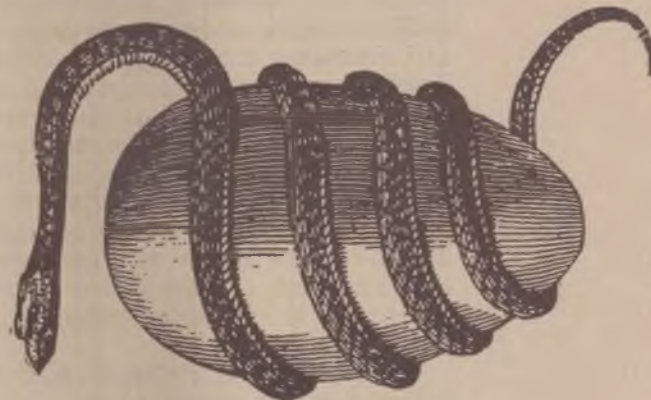
- outra, transforma a CUT Regional numa sub-sede da CUT Estadual, com o qual busca abafar a vida da Central junto as categorias de base;

- a terceira, concede à próxima Direção Nacional da CUT caráter "constituente" permitindo-lhe regulamentar amplamente a vida da Central.

Em suma, o debate em curso é fundamental, mas insuficiente. Responde ao balanço político e à discussão sobre questões da democracia na Central, mas não a arma para os desafios que o movimento sindical combativo tem no período.

Os congressos estaduais

O IV CONCUR terá um plenário pequeno (provavelmente, a metade do plenário do I Congresso do PT). E sobretudo, "mapeado". A dinâmica de escolha de delegados em congressos estaduais é um funil que mata a ampla diversidade



da CUT e a reduz à expressão de suas tendências de mais peso (3 ou 4).

Os congressos estaduais tem sido acompanhados assim por um critério quantitativo: quando se realizar o último deles, se tem o perfil do plenário do CONCUR.

Listas duvidosas do quadro de associados dos sindicatos tumultuaram alguns congressos, notadamente o de Espírito Santo - onde em alguns sindicatos da Articulação Sindical havia mais sócios que votantes na última eleição no município, etc. A não aplicação da proporcionalidade em assembleias para tirada de delegados foi prática comum tanto da Articulação Sindical (ex.: Metalúrgicos de SBC) como da Corrente Sindical Classista (ex.: metalúrgicos e comerciários em Caxias do Sul o que lhe permitiu ganhar o congresso regional). Impugnações à filiação de entidades foram usadas maciçamente, a revelia de critérios estatutários, pela Articulação Sindical para enfraquecer a Corrente Sindical Classista no congresso estadual da Bahia, por exemplo. Ainda se quer colocar sob suspeição (pedindo sua impugnação) o congresso estadual de Minas Gerais, com o qual se modificaria o peso das diversas correntes no CONCUR. Essas práticas marcaram o "vale tudo" dos congressos estaduais.

Contudo, provavelmente a Articulação Sindical, isoladamente, não mais terá a maioria absoluta no Congresso Nacional. Isso tende a aumentar o tensionamento, inclusive porque a Articulação Sindical escolheu em diversas oportunidades a CUT pela base e a Corrente Sindical Classista, duas forças com as quais poderia ter interlocução, como alvo preferencial de seus ataques.

Dessa maneira, vicia-se a preparação do CONCUR com uma dinâmica internista, onde o controle e verificação de delegações estaduais estão no centro da disputa.

Por último, há que se destacar que um setor da Articulação Sindical, expresso por posições do Zé Olívio da Executiva Nacional da CUT, decidiu enfrentar a discussão de democracia, buscando restringi-la.

Com o título acima, Zé Olívio, num texto interno da Articulação Sindical sustenta, resumidamente, além da pérola que "democracia não é anarquia", que na democracia a maioria manda. E a minoria? Tem direito a existir (e aspirar a ser maioria algum dia).

Ataca a proposta de "proporcionalidade qualificada" apresentada pela CUT PELA BASE, e finalmente insinua a necessidade de acabar com a proporcionalidade, pura e simples, nas executivas.

Além de tentar voltar a roda para trás, há uma clara manifestação de cultura burocrática, e certa dose de desespero. Curiosamente os "ventos do leste" parecem não ter chegado até estes companheiros que tanta aversão dizem ter ao ex-Muro de Berlim.

Possibilidades

Os desafios da próxima direção nacional são muitos. Enfrentar o governo Collor, derrotar definitivamente a "Força Sindical" - expressão burguesa no movimento operário, tomar iniciativas frente as políticas neoliberais (privatizações, mudanças na legislação trabalhista e sindical, abertura

O debate preparatório do IV CONCUR não responde aos problemas candentes enfrentados pelo movimento sindical.

Procedimentos que questionam a lisura dos congressos estaduais dificultam a construção de um campo político comum.

SINDICAL

comercial, etc.), são alguns deles.

Num quadro onde o Congresso Nacional não dará conta de responder esses desafios todos, uma CUT que tenha condições para enfrentar o próximo período precisa de uma qualificação de sua própria direção nacional. Qualificar a direção tem várias facetas.

Em primeiro lugar, uma direção nacional qualificada deve ser capaz de integrar mais as diversas correntes que hoje compõem a central. Nesse sentido, duas iniciativas são fundamentais: a "proporcionalidade qualificada" e a "executiva colegiada", propostas na tese nacional da CUT PELA BASE. São medidas que ajudam a desbloquear a direção da CUT. Precisamos fazer um amplo movimento entre as diversas correntes em apoio a essas duas iniciativas.

Em segundo lugar, devemos combater a visão que a CUT está hoje dividida em dois blocos, os reformistas e os revolucionários, e que a dinâmica do CONCUR se reduz ao embate entre os dois. Hoje há campos múltiplos na CUT. Os impasses da Central e a insuficiência verificada na formulação das diversas correntes deixa a olho nú a inutilidade daquela formulação. Um exemplo prático disso foi o processo de preparação, engajamento e balanço da greve geral de 22 e 23 de maio passado.

Em terceiro lugar, uma direção qualificada deve conseguir integrar as principais categorias e ramos, que lhe dê o peso social para enfrentar a "Força Sindical" de Medeiros a nível nacional e, notadamente, em São Paulo, assim como coordenar as principais lutas do campo e da cidade contra o governo Collor e o projeto neoliberal.

Em quarto lugar, uma direção qualificada deve reverter a visão presente na tese nacional da Articulação Sindical que a CUT é para "negociação e contratação coletiva", com o qual deixa de lado o papel da Central frente aos milhões de trabalhadores do campo e da cidade que estão fora do mercado de trabalho de "carteira assinada" - incluídos os milhões representados por dezenas de sindicatos rurais que assinam essa mesma tese.

Esta é uma CUT engajada no amplo movimento democrático-popular, que fortalece a estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de "ocupar, resistir, produzir", que combine a luta dos trabalhadores empregados e desempregados, do setor formal e informal, do campo e da cidade, que assume bandeiras da luta das mulheres, como a do aborto, dos negros contra a discriminação racial, isto é, que trabalhe ativamente para recompor o bloco que se conformou e mobilizou no ano de 89 em torno da greve geral de março e a campanha presidencial do Lula. Isto significa superar a política imprimida no ano de 90 que diluiu esse bloco.

Frente as insuficiências da preparação do Congresso Nacional, trabalhar na qualificação da próxima direção nacional é fundamental. Essa direção é que poderá criar condições para avançar nas formulações hoje insuficientes, fazer da Central um pólo aglutinador do amplo bloco de explorados e oprimidos, trabalhar uma perspectiva política de disputar globalmente com o projeto neoliberal e fortalecer a independência de classe dos trabalhadores. □

O processo preparatório

Marilane Teixeira

Já foram praticamente realizados todos os Congressos Regionais e a metade dos Congressos Estaduais: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Alagoas, Acre, Pará, Minas Gerais, Distrito Federal, Piauí, Maranhão e Roraima.

Em sua maioria, os Congressos Regionais foram marcados pelos temas nacionais em debate. Alguns nem sequer discutiram balanços de caráter regional e planos de trabalho.

Congressos regionais

No Congresso Regional da **Grande São Paulo**, a CUT pela Base (CPB), a Convergência Socialista Sindical (CSS) e O Trabalho (OT) intervieram com algumas resoluções comuns, estabelecendo acordos com a Corrente Sindical Classista (CSC, vinculada ao PCdoB) em torno "a crítica à participação da CUT no Entendimento Nacional" e o processo de burocratização da Central e suas instâncias. Três chapas se apresentaram ao final: CPB + CSS + OT com 49% dos delegados, Articulação Sindical (AS) + Vertente Socialista (VS) com 37% e CSC com 14%.

O Congresso Regional da **Grande Belo Horizonte**, foi marcado pelas principais discussões nacionais, formando-se uma aliança CPB + CSS + CSC. Apresentaram-se, ao final quatro chapas: CPB - 31%; CSS - 21%; AS 20%; CSC - 25%.

O Congresso Regional da **Grande Porto Alegre** foi marcado por um balanço regional e pela construção de um plano de ação. Duas chapas se apresentaram: CPB + Nova Esquerda (NE) + AS + CSC com 70% dos votos e CS + OT + Democracia Operária (racha da Convergência Socialista nos bancários de Porto Alegre).

O Congresso Regional de **Curitiba** foi marcado pelas polarizações em torno dos temas nacionais. Na formação da chapa, a CSC optou por uma aliança com a AS com 53% dos votos contra 46% conferidos à chapa CPB + CSS + OT + Brasil Socialista (BS). Nos debates, entretanto, a CSC havia votado com a CPB, OT e CSS.

Fraudes em várias delegações ao Congresso de **Vitória** acabaram por provocar a retirada, em protesto, da CUT pela Base. A Articulação Sindical aprovou a auto-dissolução da instância. Na preparação do próprio Congresso Regional, a Articulação Sindical já vinha anunciando a proposta de dissolução da CUT

Regional após o Congresso Nacional.

Congressos estaduais

Marcado por polêmicas nacionais, o Congresso da CUT **Rio Grande do Norte** foi polarizado ao final pelas seguintes chapas: AS + NE = 41%; CPB + BS + CSS = 48% e CSC = 12%. O Congresso aprovou um balanço crítico da participação no Entendimento Nacional, a proporcionalidade qualificada na escolha da direção e a eleição dos delegados para o Congresso Nacional em assembleias de base, sobre o número de trabalhadores na base.

Em **Alagoas**, a possibilidade de vitória da CSC fez com que a Articulação Sindical buscasse compor uma chapa no campo petista. Com o veto da delegação dos professores estaduais - maior delegação do Congresso e toda alinhada com as teses da CSC - a Articulação Sindical abandonou o projeto de unificar os petistas. Ao final, apresentaram-se três chapas: AS + VS + FS = 54%; CPB - 15% e CSC - 34%.

No Congresso do **Distrito Federal**, tomado pela polarização em torno a temas nacionais, formaram-se dois campos de debate que, afinal, se expressaram em duas chapas: AS + US = 60% e CPB + FS + CSC + OT + CSS + CO = 31%. A Vertente Socialista, que ora votou em posições defendidas pela AS e ora votou em posição do campo liderado pela CUT pela Base, obteve 8,6%. Ficou de fora da direção estadual por não ter alcançado o percentual mínimo.

No **Maranhão**, o congresso foi marcado pelos debates em torno ao balanço e plano de construção da CUT estadual. A CSC se absteve durante todo o Congresso. Ao final, concorreram duas chapas: AS = 44,9% e PT de aço + Independentes = 46,8%.

O Congresso de Fundação da CUT no **Acre** foi marcado pelas disputas com a CSC. Duas chapas se apresentaram: CPB + OT + NE + AS = 64% e CSC = 36%.

No **Pará**, em torno ao debate da participação no Fórum de Entendimento e dos estatutos, formaram-se duas chapas: CPB + FS + CSC + CSS = 34% e AS = 66%. A VS e a NE apoiaram a chapa da Articulação Sindical.

Em **Minas Gerais**, em torno às polêmicas sobre o balanço da Central e da adoção do critério de proporcionalidade qualificada para a escolha das direções, formaram-se três chapas: AS = US + CUT pelo avesso = 37%; CPB + OT + CS = 46% e CSC = 16%.

Em **Goiás**, a partir dos debates sobre o balanço da

CUT, estratégia, prática sindical e estatutos, formaram-se três chapas: AS = 49%; CSC = 21% e CPT + BS + PLP = 30%.

O Congresso do **Rio Grande do Sul** foi marcado por um amplo debate sobre as polêmicas colocadas para o Congresso Nacional. As principais resoluções aprovadas foram: a proporcionalidade qualificada; que a CUT assumia a luta pela legalização do aborto; campanha contra a violência sobre as mulheres, inclusive no interior do movimento sindical; eleições dos delegados ao CONCUR em assembleias de base. Apresentaram-se três chapas: AS+CPB+NE+FS obteve 68,79%; CSC com 17,78%; e a CSS 11,91%.

O Congresso do **Espirito Santo** além das discussões sobre o balanço e estratégia da CUT, nas quais a AS teve todas as suas propostas de resolução aprovadas, houve um forte debate ligado a questão da mulher trabalhadora que polarizou e dividiu a plenária. Sobre este tema, as principais resoluções foram: iniciar a discussão sobre as necessidades das CUT assumir a luta pela legalização do aborto; definir políticas que busquem incorporar mais mulheres na direção da CUT e dos sindicatos. Na votação das chapas o resultado foi o seguinte: CPB obteve 28% dos votos; FS 12,5%; CSC+AS 59,5%.

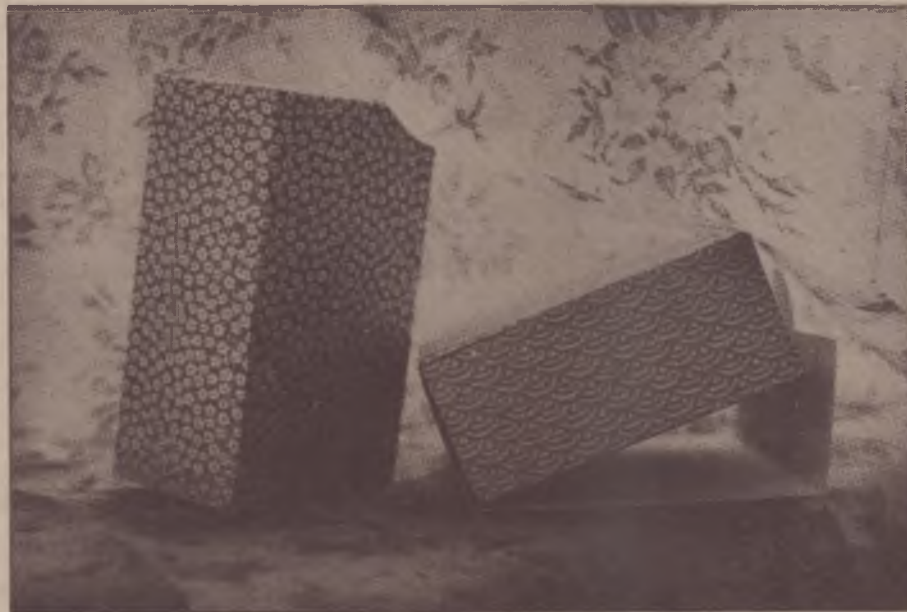
A organização do congresso da **Bahia**, a cargo da AS, foi um escândalo. Mil delegados de todo o estado participaram de um congresso onde não existia alojamento providenciado para os delegados, o local de sua realização não dispunha de água e no domingo foi servida comida estragada aos participantes. O sábado foi gasto na discussão pelo plenário de recursos de entidades. A tese guia só foi votada no sábado à noite. A discussão política ocorreu apenas das 14 às 16 horas do domingo. Na votação, três chapas: AS+NE+US, que obtiveram 44,68%; CSC, que teve 29,92%; CPB+FS+OT+CSS obtiveram 25,40%.

Em **Pernambuco** foi aprovada a resolução da AS, com uma novidade: a proposta apresentada pela AS de estrutura sindical da CUT é preocupante: sindicatos, federações e confederações da CUT. Ao final, três chapas: CSC=12,3%, AS+US=67,4%; CPB+CSS+PLP+OT+BS=20,90%; e

No **Amazonas** duas chapas elegeram delegados: a AS, que teve 56% dos votos, e a CPB+CSS+CSC, que tiveram 44% dos votos.

E, finalmente, no **Ceará** concorreram três chapas, a do PLP+CSS+OT+CSC obteve 45,7%; a CPB obteve 28%; e a AS+NE+VS tiveram 26%.

PT avalia prefeitura de São Paulo



Ella Durst

José Corrêa

Dois anos e meio depois de ser eleita para a prefeitura de São Paulo, a administração petista encabeçada por Luiza Erundina está enredada em uma série de impasses. Incapacidade de articular sua ação político-administrativa com iniciativas de enfrentamento dos governos Collor e Fleury; imobilização frente à seleção de prioridades, de forma a permitir a concentração de recursos financeiros e iniciativas políticas em ações de amplo reconhecimento popular; paralisia das iniciativas fundamentais de democratização da gestão, participação popular e reforma administrativa; o predomínio de um método de gestão que concentra todas as decisões nas mãos da prefeita e de seus assessores diretos; um importante bloqueio nas relações partido-administração; a abertura das disputas em torno da escolha do candidato à sucessão de Luiza na eleição de 1992. A estes problemas se somam a situação frágil em que se encontra o Diretório Municipal do PT e sua executiva na capital e a situação muito difícil que vem atravessando a bancada petista na Câmara dos Vereadores, depois de perder a presidência da mesa da Câmara para o PSDB, em dezembro de 1990. Como se isso não bastasse, a coincidência entre a greve dos condutores de ônibus (que deixou a cidade parcialmente paralizada por quase uma semana) e as inundações criadas pelas chuvas de março produziram neste mês um caos urbano, jogando os índices de popularidade da prefeitura no seu nível mais baixo até agora.

O processo da Plenária Municipal

Tentando superar este quadro, o Partido dos Trabalhadores da capital paulista realizou um concorrido Seminário de Ação Institucional, em 20 de abril, de caráter não deliberativo, e uma Plenária Municipal do partido em 19 de maio (com delegados previamente eleitos a partir de dois debates nos diretórios zonais). A Plenária aprovou uma resolução intitulada **Construindo um modo petista de governar**, texto que vinha sendo discutido há mais de um mês.

Este processo de avaliação de governo paulistano conjugou vários movimentos distintos:

- uma proposta explícita, por parte da **Articulação**, corrente majoritária no Diretório Municipal do partido e com uma pequena participação na condução da administração, de um pacto para reorientar e sustentar a ação do governo nesta sua fase final, proposta que, enquanto tal, foi rejeitada pelos setores hegemônicos na prefeitura (em particular o **PT Vivo**, que dispõem de uma pequena presença partidária);

- a expressão do descontentamento da maioria da militância do partido para com os rumos imprimidos à administração

municipal, registrada na avaliação aprovada pela Plenária Municipal (ver em box, **Balanco global negativo**);

- a sistematização, por parte do PT paulistano, dos rumos que o partido considera que devem nortear a administração municipal neste período. Aí, fica evidente que o partido já começa a acumular uma elaboração sobre como governar nas condições enfrentadas pelos municípios brasileiros muito mais densa e concreta que no passado (ver em box **Diretrizes e Um projeto de governo municipal**);

Balanco global negativo

De conjunto, pesando acertos e erros, melhorias de desempenho e problemas que permanecem, cabe retomar, como referência central para a avaliação de nosso governo, a implantação ou não dos eixos de ação destacados pelas resoluções do 4º e 5º Encontros Municipais do partido: democratização da gestão, participação e controle popular, inversão de prioridades, reforma administrativa e confronto com a direita e os governos estadual e federal.

Aí, podemos constatar um balanço global negativo, onde algumas destas orientações foram encaminhadas parcialmente e outras não o foram em absoluto. O ponto onde mais se avançou foi a inversão de prioridades para as áreas sociais, mas o desempenho da área de transportes onde conhecemos um inexplicável retrocesso, tende a comprometer os resultados obtidos em outras áreas. Na questão do confronto, a marca da nossa administração foi antes evitá-los do que procurar estabelecê-los, seletivamente, estabelecendo campos de disputa visíveis para toda a sociedade. A democratização, controle e participação popular pouco avançou para além dos conselhos de usuários de alguns equipamentos e serviços, com enormes dificuldades no encaminhamento da descentralização e do conselho de representantes, que ainda não passam de projetos. A reforma administrativa continua sufocada por interesses corporativos vários.

O conjunto de medidas aqui apontadas — desde o posicionamento oposicionista aos governos federal e estadual às prioridades de ação, da política de alianças com os partidos

aliados à política de participação popular — compreende um rumo para reforçar as condições de governabilidade do governo democrático e popular de São Paulo. Pressupõe uma estratégia de disputa nacional de projetos políticos liderados pelo PT; pressupõe um comportamento político do Governo Municipal de inequívoco compromisso com os trabalhadores e a maioria popular nas suas lutas, mobilizações e organização. Obviamente opõe-se, não se ilude e nem à nossa base, quanto à busca de um "consenso municipal" que, além de irrealizável, aí sim colocaria o Governo sem condições de governar.

A marca petista que temos que deixar com nosso governo não será dada pelo conjunto de nossa ação administrativa. Não podemos implantar um Estado do bem estar social num país do Terceiro Mundo, ainda mais num quadro de grave crise econômica, quando esta orientação é inviável inclusive nos países centrais. Nossa marca será dada pela combinação de uma ação prioritária em alguns poucos pontos da ação administrativa (com destaque para transportes), com a democratização, participação e controle popular (o que exige a reforma administrativa, subprefeitura, conselhos de representantes, democratização da gestão com a participação do funcionalismo etc) e com o confronto com os interesses da classe dominante, de forma claramente perceptível para toda a população.

*Extrato do documento **Construindo um modo petista de governar**.*



Ella Durst

- a tentativa do governo municipal de sair da situação defensiva em que se encontra através da abertura para a coligação com outros partidos de esquerda e de centro; surgiu uma disputa com setores que levantaram a idéia de incorporar mesmo o PSDB (o que poderia, para esta posição, garantir maior governabilidade na medida em que, no limite, proporcionaria maioria na Câmara).

Consequências práticas

Este processo teve três consequências imediatas. Em primeiro lugar foi alterado o Conselho Político formado por representantes do partido e da administração. Até agora era composto por membros da executiva do diretório municipal, pela prefeita e membros do primeiro escalão da administração. Agora a representação do partido incorpora também membros das executivas estadual e nacional, reforçando seu peso político frente a administração.

Em segundo lugar foi aprovada uma proposta de transformar o governo municipal de São Paulo em um governo de coalizão com outros partidos. A administração e alguns setores do partido tem insistido em criar um bloco de sustentação da administração incorporando não apenas os

partidos de esquerda (PCdoB, PCB, PV, PSB) mas principalmente envolvendo o PSDB. Esta é uma posição que se choca com as definições até agora acumuladas pelo partido e além de tudo é claramente inviável (porque não interessa nada ao PSDB). Mas a resolução aprovada ao final do processo contempla a possibilidade de incorporar neste governo de coalizão não apenas os partidos de esquerda mas também, numa concessão (por enquanto apenas formal) às pressões da administração, setores do PMDB e do PSDB (que, enquanto expressão partidária, não existem).

Em terceiro lugar este processo deixou claro quais são, do ponto de vista do partido, as prioridades de governo: transportes (ônibus e trânsito), urbanização da periferia (obras como pavimentação, retificação de córregos e iluminação), reforma administrativa e participação popular. Foi também definida a realização de dois seminários, um sobre transportes e outro sobre o orçamento para o próximo ano.

A marca petista

O processo de discussão travado entre o partido e a administração também deixou claro, particularmente através das intervenções dos membros do secretariado e da própria prefeita, os limites das definições adotadas pelo Plenário.

Em relação às prioridades definidas, há um acordo geral em torno das prioridades administrativas, transportes e urbanização da periferia, mas uma divergência clara sobre o que isso significa. Para o primeiro escalão do governo isso significa prioridades nos marcos de uma série de outras atividades que serão determinadas pelas pressões e contra-pressões corporativas e dos movimentos sociais sobre as várias secretarias. Para setores do partido isso significaria exatamente o oposto, prioridades concentradas, marcas que o partido poderia imprimir na cidade, visíveis para toda a população.

Quanto à reforma administrativa e a participação popular (que poderiam caracterizar um esforço consistente de democratização da gestão municipal), elas há muito tempo poderiam já começar a ter sido implementadas no âmbito da administração, se houvesse um empenho real em vencer os interesses corporativos incrustados na máquina. Há aqui uma evidente diferença de entendimento da administração frente ao do partido. A valorização da participação popular - clara no início do mandato no esforço de discussão com a população do orçamento ou na discussão sobre a institucionalização de conselhos de representantes nas regiões - perdeu toda a centralidade ao longo do último período. A elaboração do orçamento com a participação popular é cada vez mais vista por técnicos e dirigentes da prefeitura como um estorvo, que cria tensões e apenas força o estabelecimento de compromissos políticos que limitam sua margem de manobra. E a expectativa de um processo radical de reforma administrativa, tão presente entre os petistas na máquina, foi sucessivamente frustrado. A reforma administrativa vem sendo seguidamente adiada, dentro de uma perspectiva de seu controle estrito desde cima, pelo gabinete da prefeita, como uma operação unicamente administrativa.

O problema dos transportes

A unanimidade em localizar nos transportes de ônibus o calcanhar de Aquiles da nossa administração é facilmente compreensível. É uma área completamente sob controle municipal; trata-se de um problema que afeta a maioria da população da cidade; a qualidade dos serviços se deterioraram cada vez mais ao longo de toda a década de oitenta, precipitando-se sob o atual governo; nenhuma das iniciativas até agora tomadas pela administração petista implicou em uma modificação deste quadro.

Mas há claramente uma sensação de impotência, a percepção de que o momento da virada já passou. O momento onde as cartas decisivas foram postas na mesa foi quando foi apresentado o projeto da tarifa zero, derrotado sem combate, sem que houvesse um processo real de mobilização de massa e a articulação de uma luta política mais ampla a nível da sociedade. A responsabilidade aí não é só do governo, embora a postura contrária de todo um setor tecnocrático dentro da administração tenha debilitado sobremaneira o encaminhamento da proposta, mas também do partido, que não compreendeu o alcance da iniciativa e reagiu muito timidamente a ela, não construindo a mobilização necessária para sustentá-la.

Hoje está se correndo atrás do prejuízo no setor dos transportes. Medidas paliativas da situação estão tendo que

Diretrizes

a. É vital enfatizar o caráter oposicionista da Prefeitura ao governo Fleury e ao governo federal, através de pronunciamentos públicos; pela relação democrática com a maioria da população; pelo combate à política recessiva, que sinalize nossa oposição concreta às medidas anti-populares...

b. Na disputa política e nas relações do governo com a população, a comunicação de massas, como bem sabemos, é decisiva. Cabe... desenvolver uma nova linha de comunicação, que dispute a formação de opiniões, que informe e forneça argumentos para os militantes e colaboradores reforçarem o processo de participação popular e as mobilizações para pressionar a Câmara;

c. Para ampliar as possibilidades da ação oposicionista e reforçar nossas condições de governabilidade na cidade precisamos implementar a ampliação da base de sustentação do governo na sociedade através de uma política de alianças na CMSP e uma política de coalizão no governo municipal...

d. É imprescindível criar todas as condições para que a companheira Luiza Erundina possa estar fisicamente presente nas várias regiões da cidade (sobretudo na periferia), dialogando com a população, ouvindo suas demandas, fazendo a disputa política também fora do Gabinete. Nesse aspecto, a administração

municipal deve conjugar o seus planos administrativos com iniciativas políticas de governar com participação popular. Para isso é necessário que sejam equacionados ou resolvidos problemas das regiões, para que possamos manter a credibilidade de nossas propostas;

e. É necessário estabelecer um método para discutir a sucessão na capital...

f. Dimensionar o tempo real de ação política, compreendido como o período de intervenção política geral do partido na cidade nos próximos meses...

g. Sem prejuízo da constituição de canais próprios de relação do Partido com membros do Governo Municipal devemos ampliar o atual conselho político para a participação das forças políticas partidárias aliadas seja no Governo como na CMSP.

Seu funcionamento deve ser alterado no sentido de tomar posição em relação a assuntos políticos de relevância inquestionável; sua composição deve ser proporcional ao peso específico dos partidos e forças que dão sustentação ao Governo Municipal e suas resoluções devem ser de amplo conhecimento, no Governo, no PT e nos partidos aliados.

Extratos do documento Construindo um modo petista de governar

ser tomadas em uma situação defensiva, em uma correlação de forças cada vez mais desfavorável, tanto no plano do movimento de massas (porque aumenta o ceticismo frente à administração), como no plano institucional, onde a direita joga habilmente com o tempo contra nós. É o caso da municipalização do serviço: a prefeitura "aluga" os ônibus das empresas particulares, centralizando em suas mãos toda a arrecadação das tarifas pagas pelos usuários e remunerando-as por kilometro rodado. Ela poderá permitir, a curto e médio prazo, uma ampliação do número de ônibus em circulação, medida absolutamente indispensável. E para complicar não há consenso no partido e na administração sobre uma política de conjunto para a área (e em particular sobre os graves problemas de gestão da estatal da área, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a CMTC). Um quadro muito difícil.

Como conquistar a governabilidade

Há, cada vez mais claramente, um enfoque equivocado do que é ser governo por parte dos quadros partidários que compõem o núcleo da administração petista de São Paulo. No essencial, ele consiste em restringir o horizonte da ação governamental às regras do "jogo político" estabelecido (as vezes sob o argumento completamente deformado de que não se tratam de questões políticas mas administrativas), à rotina administrativa da estrutura estabelecida do aparelho montado, ao respeito à convivência mais ou menos harmônica com a direita na Câmara.

Isso se manifesta, por exemplo, na discussão de que o elemento fundamental para garantir a governabilidade é obter uma maioria estável na Câmara, o que alguns entendem só ser possível ser obtido através de um acordo com o PSDB. Não há, todavia, o menor interesse do PSDB nisso, numa situação de final de governo e em que ele encabeça a oposição na Câmara à administração petista e tem todo o interesse em inviabilizar nosso governo. Além dessa ser uma visão da política de alianças que rompe com toda a lógica de confrontação social aberta, que vê o nosso governo nos marcos do choque de projetos antagônicos (ver um projeto de governo municipal).

Talvez o mais perigoso para o PT é que isso se de num

quadro em que não se fez nenhum esforço consistente de mobilização de massa contra a direita na Câmara (e aí as responsabilidades tem que ser divididas entre partido, bancada e administração). Isto é um processo cumulativo de deseducação política do partido, dos movimentos e dos setores conscientes da população, que pode comprometer muito mais do que o nosso governo na capital paulista. Se não conseguirmos superar os entraves burocráticos da máquina a nível municipal e desenvolvermos uma nova concepção prática de democracia e de relação entre governo e população, que futuro nos espera à frente de um governo estadual como o de São Paulo ou do governo federal? Este, sem dúvida, é um dos temas candentes de nosso I Congresso. □



Ella Durst

Um projeto de governo municipal

Nosso projeto de governo municipal, para ser implantado em sua inteireza, supõe a interferência radical no modo como o Estado exerce suas funções de reprodução e acumulação de Capital e de direção política e coercitiva da sociedade, buscando contribuir no desenho de uma nova cultura política, que questione forma e conteúdo de gestão do aparelho de Estado, estabelecendo um modo petista de governar. Este modelo deve conter elementos de uma ruptura político-cultural, de uma nova sociedade, no interior de uma estratégia de transformações globais.

Os traços centrais deste projeto são:

Primeiro, desprivatizar o Estado, democratizá-lo, descentralizá-lo, transformar o estatal em público, combater a exploração mercantil de serviços essenciais e, o que para nós é trivial, mas é revolucionário para a cultura política brasileira, acabar com a intermediação nas obras públicas, acabar com a caixinha.

Segundo, inverter as prioridades de governo, em relação às formas tradicionais de governar. Fomos eleitos por uma parcela da população para governar toda a cidade, com base numa plataforma eleitoral onde nos propunhamos a não perpetuar privilégios e marginalização. Não são iguais os cidadãos e é nosso projeto tratar desigualmente os desiguais. Cabe tentar transformar a Prefeitura num instrumento a mais na disputa de hegemonia e de defesa dos valores e interesses dos setores democráticos e populares.

Terceiro, a participação popular é decisiva para disputar e garantir a aplicação de nosso

plano de governo, permitindo traduzir o apoio eleitoral e de opinião pública em sustentação propriamente política do governo. É decisiva, também, para sustentar uma articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa, sem a qual não está dada a possibilidade de estruturação da Prefeitura em sujeito de transformação político-ideológica. A conquista de espaços no aparelho de Estado, requer a participação popular para garantir e alicerçar que esta ocupação esteja a serviço do atendimento das demandas e vá de encontro aos interesses da maioria da população.

Quarto, é necessário politizar os conflitos com o governo federal e com o capital privado. A posição política do PT é de oposição aberta ao governo Collor. Todas as nossas frentes de atuação estão guiadas por esse objetivo. O governo federal não está apenas nos retaliando; seu projeto, resultado da leitura do Estado e Sociedade brasileiros, feita com olhos da elite capitalista neo-liberal, se opõe ponto por ponto às nossas propostas políticas. O conflito é inevitável e, do ponto de vista das classes populares, desejável. (...) Já o confronto com o capital privado tem se dado no campo dos interesses econômicos e no campo da luta político-ideológica. (...) No limite, a oposição ao governo petista é de classe, e trata de impedir por todos os meios inclusive os não democráticos, a ascensão social e política das classes populares na sociedade brasileira. Também este confronto é inevitável. Trata-se, pois, de torná-lo explícito, visível, organizado e sistemáti-

co, em uma palavra, de politizá-lo. Sem qualquer ilusão que podemos chegar a uma composição favorável nas relações econômicas com setores do grande capital e mesmo com setores do pequeno e médio empresário que tradicionalmente auferem vantagens despropositadas junto à Administração municipal.

Quinto, a efetivação de uma política de alianças que garanta sustentação política e social para a realização do programa de Governo. Um projeto hegemônico consistente procura representar o interesse geral da cidade, radicalizando a democracia, cristalizando maiorias e minorias, subvertendo as relações de privilégios e marginalização postas historicamente. A base social potencial para um tal programa é composta por setores assalariados industriais e de serviços, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários, setores médios modernos e subempregados do setor informal... Opõem-se a um projeto com estas características o capital monopolista e seus aliados no bloco no poder...

Colocam-se também contra ele... setores conservadores das classes médias e das camadas populares, com baixa experiência de expressão social coletiva, com valores individualistas e autoritários arraigados e com uma apropriação elitista ou clientelista do Estado.

Extratos do documento *Construindo um modo petista de governar*.

O futuro de Sandino



Eric Toussaint

O caráter público, crítico e polêmico do debate que se desenrola na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na preparação de seu primeiro congresso, a ser realizado em julho próximo, demonstra a vitalidade de um partido que dirigiu uma autêntica revolução popular, que exerceu o poder em condições de grandes dificuldades e que foi submetido a uma dura prova pela derrota eleitoral de fevereiro de 1990.

Déficit democrático

A FSLN está pagando caro pela insuficiência de debates democráticos internos durante onze anos de exercício de poder. O verticalismo, resumido na palavra de ordem "Direção nacional, ordene!", alicerçava as relações entre esta e a Assembléia sandinista (120 membros, reforçada com novos elementos convocados para a reunião de El Crucero) entre a direção nacional, as direções das organizações sandinistas de massa, a organização da juventude e com as estruturas intermediárias e a base.

Outro elemento de caráter viciado deste funcionamento: o laço íntimo entre o Estado e o Partido. Enfim, a incapacidade ou a recusa de adotar uma plataforma marxista clara e dar uma formação aos quadros e aos militantes neste sentido.

Tudo isto impediu a FSLN de evitar ou de corrigir a tempo os graves erros cometidos ao longo dos anos durante os quais exerceu o poder: visão defeituosa do problema camponês; erros cometidos em relação às minorias indígenas da Costa Atlântica; laços com as organizações de massas frequentemente concebidas como correias de transmissão; incapacidade ou recusa de desenvolver o controle operário e popular, dando um peso exagerado aos tecnocratas e administradores; desenvolvimento exagerado do aparelho militar e de seus privilégios materiais; medidas do tipo das do Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de 1985 e, sobretudo a partir de 1988, e a diferenciação social e a recessão que tais medidas acentuaram; modelo de democracia progressivamente restrito à sua versão burguesa (assembléia nacional, poder presidencial, recusa da revogabilidade dos eleitos, supressão do Conselho de Estado no qual estavam repre-

sentadas as organizações de massa); atraso em relação aos problemas da religião e da Igreja (no princípio, a Frente tinha uma compreensão aguda da questão); e triunfalismo na campanha de 1990.

Frente ou Partido?

A questão foi colocada no debate pela escritora e militante sandinista Gioconda Belli: frente, partido ou as duas coisas ao mesmo tempo? "Para alguns, diz Gioconda Belli, a FSLN era uma organização estruturada em torno de uma ideologia de esquerda com base marxista; para outros, a FSLN é um partido de todos os nicaraguenses que amam sua pátria, sem distinção alguma entre proprietário, cristão, evangelistas e camponeses pobres. Ambas as posições foram avalizadas pela direção nacional, embora representem óticas muito diferentes que deveriam conduzir a formas distintas de organização. Segundo a concepção marxista-leninista, a comunidade de pontos de vista ideológicos, no seio do partido, possibilita estruturar um programa determinado (...) A outra posição, ao contrário, corresponde a uma estrutura frentista ou de um partido eleitoral: tanto os patrões como os assalariados devem esperar do partido que ele represente seus interesses antagônicos".

Gioconda Belli aponta os efeitos nefastos da confusão frente/partido: "... à medida que não existe comunidade ideológica, como base consciente da disciplina, esta não é compreendida da mesma maneira por todos... O apelo à disciplina torna-se uma alavanca do poder, um mecanismo de repressão através do qual a linha do partido se transforma em camisa de força".

A confusão entre frente e partido, conclui, impede a FSLN de ser um partido com um projeto social a serviço dos trabalhadores e também não é uma vasta frente capaz de atrair o apoio de vastos setores da população.

Onde há de tudo

Outra crítica contundente é de autoria de Rosario Murillo, diretora de "Ventana", suplemento literário de "Barricada", poetisa e antiga companheira de Daniel Ortega. Ataca a ala moderada que abandona a perspectiva revolucionária a pretexto da crise do chamado "campo socialista": "há os que consideram a revolução um esnobismo barato, há os "moderados" que se passam, agora, ao chique anti-radical. Pelo centro, dizem eles, para chegar mais rapidamente... Pode-se saber onde é que pretendem chegar?"

Murillo denuncia a presença, na FSLN, de "milionários que aspiram fazer milhões, para ajudar os outros (como patrões), politiqueros que chamam de "modernos os velhos métodos de enganar os demais". Em conclusão: "Este ano devemos definir se seremos uma frente de sandinistas ou de "confusionistas" (...). Quem pode manter esta frente sandinista? (...) Nossa esperança revolucionária no congresso é que a maioria empobrecida seja plenamente representada por si mesma e pelos que assumem sua defesa".

Pacto social

Na assembléia sandinista do El Crucero, em junho de 1990, ante a crítica dos militantes engajados nas lutas sociais, a direção nacional propôs um texto radical. Mas, entre as conquistas revolucionárias de que não abria mão, não se mencionava nem o setor nacionalizado, nem o armamento das massas.

Os trabalhadores da cidade e do campo enfrentaram as medias do governo de Violeta Chamorro com várias greves. Os movimentos de maio e junho de 1990, sob a bandeira da Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), abalaram a direção sandinista e o acordo com o governo da UNO. O jornal Frinchera, semanário dos sindicatos, criticou a exclusão dos trabalhadores de parte das discussões. Colocando-se ao lado dos grevistas, a FSLN adotou uma posição conciliatória.

Em meio a um difícil debate estratégico, a FSLN discute a sua condição de ser uma frente política ou um partido de massas às vésperas de seu 1º Congresso.

Em 26 de outubro de 1990, os sindicatos sandinistas e os pró-UNO assinaram um pacto social com algumas federações patronais.

Tais acordos, explicitamente destinados a conquistar a confiança do FMI e do Banco Mundial, dos EUA e de certos governos europeus, sancionam importantes concessões que comprometem conquistas importantes da revolução: o setor nacionalizado, Área de Propriedade do Povo (APP); nacionalização do sistema financeiro de crédito e o monopólio estatal do comércio exterior.

Um editorial do jornal "Nicaragua desde adentro", em sua crítica, assinala que "talvez sejam os erros cometidos em matéria de gestão e o tipo de relações impostas pelo governo sandinista nas empresas da APP que limitaram a tomada de consciência dos trabalhadores como proprietários sociais, o que causou sua renúncia a defendê-las".

As mudanças podem comprometer a propriedade social dos meios de produção e uma resolução do congresso pode chegar tarde. Mesmo que as privatizações, em alguns casos, venham a ser feitas em benefício dos trabalhadores, os coletivos operários terão que gerir empresas em ambiente hostil, sendo forçados a demitir ou até fechá-las.

Os acordos de outubro foram seguidos de dois outros recuos: a bancada parlamentar votou com o governo, na eleição da mesa da Assembléia que inclui dois deputados da FSLN e a redução do orçamento militar em consequência da "rebelião dos prefeitos" (ver quadro). É a tática parlamentar da parceria governamental preconizada pela ala moderada da FSLN, cujo porta-voz, Rafael Solís, chegou a escrever: "Pela primeira vez, a FSLN teve uma política inteligente (...) Apoiando, discretamente, o governo contribuiu (...) para a construção deste co-governo do qual falamos antes. Este co-governo não tem nada de mau e não deve ser rejeitado pelos sandinistas". Solís considera que a greve geral de julho foi um "motim" e que a Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC) e a Central Sandinista dos Trabalhadores (CST) avançam reivindicações exageradas.

Sergio Ramirez, líder do grupo parlamentar sandinista, é mais prudente: "O que existe hoje entre a FSLN e o governo é (...) a busca de pontos comuns sobre questões ligadas à estabilidade nacional".

O vice-presidente do grupo parlamentar da FSLN, Edmundo Jarquin, pregou apoio ao plano econômico do governo: "se estivéssemos no governo, faríamos algo semelhante". Argumentou que "se a situação econômica melhorar (...) o debate interno da FSLN será menos complicado.

Seremos menos tentados a posições extremas".

Os cem dias de Violeta

A direita anunciou, durante toda a campanha eleitoral, que lhe bastariam cem dias para reduzir a inflação, retomar o desenvolvimento acabar com o desemprego. Isto foi tentado com os métodos clássicos do FMI, agravando ainda mais as medidas de austeridade adotadas pelos sandinistas em 1988:

- Forte redução das despesas públicas e do crédito às empresas, para forçar a queda da inflação diminuindo a massa de moeda em circulação. Consequências: aprofundamento da recessão, aumento das falências, desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores, degradação do sistema de educação e saúde. Em 1990, a inflação chegou a 14.000% contra 1.600% em 1989.

- Introdução do córdoba-ouro, nova moeda posta em circulação. Cotada em paridade com o dólar, era a arma de choque contra a inflação e para substituir a antiga moeda identificada com o sandinismo. Em poucos meses, o córdoba-ouro já era vendido no mercado negro na proporção de cinco por um dólar.

- Redução das taxas de importação, abrindo o mercado interno para produtos dos países vizinhos. Resultado: as importações de bens de consumo, em 1990, aumentaram para 74%, enquanto a de bens de produção caíram 25%.

A Nicarágua tornou-se o país mais caro da América Central.

A medida da recessão é dada pelos seguintes dados: em 1990, a produção industrial caiu 8,4% e a construção teve uma redução de 36%, a agricultura produziu menos 40% de milho, menos 74% e 30% para as duas variedades de arroz, menos 12% de feijão. O ministro responsável pelos cem dias, Francisco Mayorga, caiu.

País em liquidação

Em março de 1991, novo plano de choque. Nova desvalorização. O antigo córdoba que se cambiava à razão de 25 milhões de córdobas por um dólar foi substituído pelo novo córdoba-ouro. Mas a paridade com o dólar já foi abandonada. Os salários estão indexados apenas parcialmente e 420 empresas estatais foram postas à venda. A inflação já atingiu 285% em março de 1991. Mas o ministro da presidência, Antonio Lacayo declarou:

- Não temos dinheiro (para pagar a dívida externa), mas dispomos de aviões, de hotéis e de fábricas para vender.

- O povo nicaraguense se debate literalmente na miséria. □

"Ou avançamos para novas formas de desenvolvimento econômico e social, respeitando as conquistas da revolução, ou imporá o conhecido modelo da oligarquia capitalista e o neo-somozismo".

A palavra de Ortega

Num seminário de movimentos revolucionários da América Latina realizado na Bélgica nos dias 9 e 10 de maio passado, o ex-presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, afirmou que os partidários da "nova ordem" dispõem de suas próprias internacionais - a liberal, a socialista, a da democracia cristã. É necessária "uma nova internacional dos revolucionários, formada por todos os que se opõem à nova ordem mundial".

É a primeira vez que um dirigente da FSLN assume tal posição face a Internacional Socialista (IS), junto à qual tem o status de observador. A integração na IS está prevista no debate do próximo congresso sandinista sem tirar conclusões precipitadas, a declaração deve ser saudada como sinal duma reflexão de certos setores da FSLN. Sobre a atual conjuntura damos a seguir um resumo das passagens essenciais de uma entrevista de Daniel Ortega publicada pelo jornal Barricada em abril de 1991.

Defesa das conquistas

- "Quando falamos em defender a revolução econômica e social em nosso país (...) falamos duma luta ativa dos trabalhadores, como expressão da luta de classes (...) para obrigar o governo a respeitá-la."

- "A política deste governo é determinada por sua natureza de classe e tende a privilegiar os capitalistas em prejuízo dos trabalhadores. Mas

os governos não fazem o que querem, mas o que o povo lhes permite fazer. A mobilização popular e a luta são determinantes para que o governo respeite as conquistas da revolução."

- "Trata-se de agir pela base. Trata-se de "governar pela base", exercendo o poder real. Todo o governo, por mais forte que seja, não pode manter-se, em última instância, senão pelo consenso nascido na base. Quer dizer que o poder se determina pela base. (...) No leste europeu, os governos caíram deixando intactos os exércitos, a polícia, os serviços de segurança. Exemplos semelhantes também são encontrados nas democracias burguesas".

Dilema da Nicarágua

- "Os acordos de transição foram assinados com muita desconfiança dos dois lados. Tivemos reuniões regulares com o governo nas quais sempre exprimimos nossa preocupação com os compromissos por ele assumidos e não cumpridos. Deixamos claro que na nossa opinião estas medidas (de ajustamentos estruturais) chegam no pior momento (...) as medidas monetárias atingem os trabalhadores, pequenos agricultores, cooperativas, o artesanato, a pequena indústria e comércio. Nesse clima de desconfiança, demos um prazo mas com garantias para os salários e o emprego."

- "A política de ajustamentos estruturais determinará o futuro do país: ou o conhecido modelo da

oligarquia capitalista e se impõe o neo-somozismo, o neocapitalismo; ou a Nicarágua avança para novas formas de desenvolvimento econômico e social, respeitando as conquistas da revolução".

A esquerda

- "É preciso compreender que a FSLN é uma força revolucionária. Por isso não pode estar no centro, mas resolutamente na esquerda. Pode perfeitamente trabalhar para mudar as posições deste governo, que é de direita, para trazê-lo - por que não? - ao centro e mesmo à esquerda. É um objetivo ao qual nenhuma força revolucionária pode renunciar."

- "Demos ênfase à democratização da propriedade. Hoje, reivindicamos a privatização das empresas estatais em favor dos trabalhadores, como o respeito a distribuição de terras feita pela reforma agrária. É questão decisiva para o futuro da revolução e a estabilidade do país."

- "O exército deve estar do lado da Constituição que manda defender a soberania nacional e impede a repressão aos trabalhadores e ao povo. O papel da polícia também é definido pela Constituição. Ambos têm resistido às tentativas do governo de desviá-lo de suas funções".

O Exército e a alma da revolução



Eric Toussaint

Depois da derrota eleitoral, a questão da manutenção ou não do exército sandinista estava colocada. A burguesia, embora de novo hegemônica no governo, não dispunha de força armada capaz de impor uma derrota definitiva às massas populares.

A abolição do Exército Popular Sandinista (EPS) figurava no programa da UNO. Mas, quem iria substituí-lo? Como encontrar uma força capaz de ocupar o lugar de um exército originário de uma autêntica revolução, cujos quadros, desde o comando aos escalões inferiores, provinham da guerrilha anti-somozista? Um exército que tinha combatido com êxito a contra-revolução interna e a agressão externa? Era impossível substituir o EPS pelos contras: a guerra civil seria inevitável e a UNO tinha prometido desmobilizar a contra-revolução. A burguesia se deu conta que, detentora do governo, não controlava o Estado que lhe permanecia estranho e poderoso.

Papel das forças armadas

Sem escolha, a UNO decidiu conter. Os sandinistas obtiveram a manutenção do EPS em troca do compromisso de não usá-lo para retomar o terreno perdido. Humberto Ortega permaneceu no comando. Concessões da FSLN: redução drástica dos efetivos, os quadros militares tinham que abster-se de atividades políticas, o EPS deveria manter a ordem contra os movimentos populares.

Humberto Ortega excluiu completamente a perspectiva de apoio do EPS a um eventual levante popular. O debate reanimou antigas tendências que H. Ortega assim descreveu: "antes da tomada do poder, a FSLN estava dividida em três tendências e não por simples divergências táticas; havia diferenças de conteúdo estratégico com a tese da "guerra popular prolongada", dirigida por Tomas Borge e a tese

denominada "proletária", dirigida por Wheelock e Luis Carrion. Se uma dessas tendências tivesse ganho, não teríamos tomado o poder. Predominou a tendência "terceirista" ou "insurrecional" por nós dirigida. Agora, a situação se repete".

O debate abarca a estratégia militar e política do EPS (ver quadro).

Dois testes

O EPS foi posto a prova por ocasião da greve geral de julho de 1990, quando foram erguidas barricadas em Manágua, sob o comando da FNT. O exército tinha que desimpedir as ruas da capital, diariamente, com tratores. Conseguiu evitar confrontos com os trabalhadores. Mal partiam os soldados, os militantes sandinistas reconstituíam as barricadas, às vezes com a ajuda de militares à paisana. O governo sabia de tudo, mas não tinha condições de ordenar um ataque. A FSLN pressionou a central sindical e o governo até obter um acordo capenga. Humberto Ortega prometeu desarmar os grevistas, mas sublinhou que não abriria fogo contra os trabalhadores. Intensificou-se o desarmamento de civis. Mas dezenas de milhares de armas ainda permanecem nas mãos da população, incluindo numerosos militantes sandinistas.

O segundo desafio foi em novembro de 1990. Sublevaram-se as autoridades locais dos departamentos de Boaco e Chontales, onde a UNO foi majoritária eleitoralmente, com apoio de antigos contras armados. A rota estratégica que liga Manágua à costa atlântica, foi cortada. A ação foi orquestrada pela direita chefiada pelo vice-presidente, Virgilio Godoy. Exigências da rebelião: destituição do conselheiro de Violeta Chamorro. Antonio Lacayo, partidário do entendimento com os sandinistas, do ministro do Interior, Carlos Hurtado, de H. Ortega; saída da polícia do EPS da região sublevada; redução do orçamento militar; formação da polícia rural com antigos contras; desarmamento dos civis; entrega de terras aos antigos contras; funções reais de governo para Virgilio Godoy.

O comando militar da revolta estava com Aristides Sanchez, agente da CIA. A "rebelião dos prefeitos" foi resolvida por acordo. O orçamento militar foi reduzido ainda mais drasticamente. Violeta Chamorro declarou: "A destituição do general Ortega faz parte dos meus objetivos, mas num prazo indeterminado". E A. Ubilla, um dos líderes da direita explicou:

"Devemos ter consciência que as vantagens dos sandinistas não são devidas à vontade de d. Violeta Chamorro. Seu governo nasceu sem armas, sem soldados, sem policiais e sem dinheiro, enfrentando um partido derrotado que dispõe de tudo o que nos falta. É preciso muita sutileza e paciência para dirigir os interesses da Nação".

A crise dos mísseis (ver artigo de Cecilia Garmendia, nesta edição) e a condenação dos militares internacionalistas aprofundou a crise. A "realpolitik" não levará o EPS a perder sua alma? □

A polémica sobre o papel do Exército Popular Sandinista na nova conjuntura põe à prova a unidade dos sandinistas.

A crise dos mísseis

Cecilia Garmendia

O Exército Popular Sandinista (EPS) tornou-se o menor da América Central. Seus efetivos caíram de 90.000 para 28.000 homens. Foi sacudido por medidas mais do que autoritárias. O coronel Pichardo, chefe da aeronáutica, e seus mais próximos colaboradores foram afastados sob a acusação de indisciplina, pois criticaram o general Humberto Ortega. Tais medidas resultam de uma divergência mais profunda relacionada com o atual papel do EPS: os rebeldes são suspeitos de fazer política, enquanto outros querem apenas garantir a Constituição...

Em fins de 1990, quatro oficiais sandinistas (também alguns salvadorenos) foram presos sob a acusação de transferência de mísseis para a Frente Farabundo Marti

de Libertação Nacional. O comandante Luis Carrion, membro da direção nacional da FSLN, acusou a FMLN de "atitude desleal que não corresponde às relações políticas e de solidariedade com a FSLN". A direção da FMLN, sob ameaça de expulsão dos refugiados salvadorenos instalados na Nicarágua, foi obrigada a devolver oito mísseis SAM-7 e quatorze mísseis SAM-14 a funcionários do EPS...

A Juventude Sandinista se insurgiu, qualificando os oficiais acusados de "heróicos". A Frente Nacional dos Trabalhadores também apoiou os oficiais, que iniciaram uma greve de fome com o apoio da associação dos antigos soldados licenciados. A greve de fome só foi suspensa ao serem anunciadas eventuais medidas de anistia.

Congresso do PT: Acertando o rumo

Carlos Henrique Árabe

A edição das primeiras contribuições bem como a intervenção de expressivas lideranças partidárias, em particular do companheiro Lula, começam a delinear um rumo positivo para os debates do Congresso. Há uma convicção, que ainda é inicial mas que esperamos ganhe determinação, de assentar a discussão sobre as bases acumuladas pelo partido, sobre o Brasil real, superando os primeiros momentos do debate congressual tensionado por intervenções que faziam submergir no conceito de crise do socialismo toda a riqueza conquistada por nossa trajetória e, junto com ela, capacidade de pensar o novo sem perder a nossa identidade. O defensismo absoluto que se insinuava, a discussão em círculos, alijada da realidade da militância, vão se esgotando em si mesmo, mostrando-se incapazes de realizar interlocução com a própria base partidária.

A par disso, o partido vai percebendo sua paralisia - para a qual concorreu o tipo de debate inicial do congresso - e começam a despontar iniciativas visando a retomada de uma ação política oposicionista.

O momento é promissor. Permite finalmente entrar no debate real e mobilizar o partido. Ordenar temas centrais, priorizar, definir melhor, afinal, o que devemos esperar do nosso congresso.

A identidade petista é ponto de partida

É comum à maioria das contribuições tomar como base para novas elaborações a identidade construída pelo PT. Também é muito ilustrativo a introdução da Comissão de Construção Partidária, assinada por Raul Pont (Jornal do Congresso nº 3), estabelecendo esta idéia:

"A comissão de Construção Partidária designada pelo DN para elaborar o anteprojeto de Resolução sobre o tema aprovou pelo consenso de seus membros presentes na reunião de 12 de abril de 1991 que o trabalho das sub-comissões temáticas seria precedido de um texto introdutório comum de coesão programática alcançada até aqui pelo PT, visando estabelecer o ponto de partida do ante-projeto.

"A Comissão rejeita a tese de que neste tema tenhamos que pensar o Partido sem considerar o acúmulo e os avanços alcançados nestes onze anos de ricas experiências vividas pelo PT".

Assentar esta base é talvez o mais decisivo dentre todos os aspectos e desafios postos ao congresso. Não poucas forças de esquerda em todo o mundo se viram incapacitadas de refletir as novas condições da luta socialista e o seu próprio papel justamente por tropeçarem neste passo inicial. Mais que qualquer outra força de esquerda o PT tem justamente aí o seu capital político e ideológico. Além de revelar um valor insubstituível na construção partidária, a honestidade frente a história - o PT não é um partido de duas caras - a defesa da identidade construída pelos petistas é a base mais segura para referenciar novos e necessários desenvolvimentos. É a identidade de um partido anti-capitalista, que criou uma original construção democrática, plural, enraizado nas lutas populares, em permanente interlocução - que não é uma novidade - com os movimentos sociais sem, no entanto, confundir a natureza e a especificidade dos partidos em relação às organizações de massa (este sim, um aspecto novo e confuso presente em algumas elaborações).

Um partido que não copiou modelos tradicionais - em geral conciliadores com o capitalismo, reprodutores no ambiente interno do próprio partido do seu autoritarismo burocrático, etc - o PT pode representar, junto com outras experiências em particular na América Latina, uma esperança socialista de alcance internacional. É isso, essa identidade, que nos faz diferente, por exemplo, do PCB (que mais que uma autocrítica estrutural, procura uma identidade). É isso também que faz ficar sem ressonância o empenho de algumas elaborações que cobram a renúncia a uma herança que o partido não tem. Fariam melhor se comesçassem por essa primeira e básica distinção: o PT não é o PCB!

Estratégia frente ao capitalismo real

Está presente na maioria das contribuições uma busca de tratar a discussão estratégica a partir da realidade do capitalismo brasileiro. Há não só veementes descrições do quadro social de exclusão e miséria mas sobretudo a condenação deste sistema como perspectiva para o país e para o povo. É importante ainda ressaltar que nunca como agora a dimensão internacional da crise - e da elaboração de nossa alternativa - esteve tão presente.

O eixo condutor da discussão é a construção de um projeto frente a crise brasileira. E certamente o ponto concentrador do desafio de elaboração é como globalizar a disputa social, política e institucional frente às classes dominantes. Não só se destaca a disputa de 94, mas as imensas lacunas presentes hoje - e que devem ser vencidas a partir de hoje - para elevar de novo uma disputa que tem a marca inicial de uma competição eleitoral em uma verdadeira confrontação de projetos para o país. Aqui é preciso desenvolver análises e a própria consciência de que não há repetições automáticas de situações históricas.

É no interior desta discussão, mas relacionado também com o tema socialismo, que se localizam aspectos importantes relativos à estratégia e ao programa. É necessário definir o centro de gravidade da acumulação de forças; desenvolver a crítica à institucionalidade excludente da maioria e a própria visão do que é o novo Estado que o PT defende. É um debate no seu início. E o desafio é, do nosso ponto de vista, desenvolver o que poderíamos chamar de uma concepção democrática da revolução socialista, radicalmente superadora - e não meramente reformadora - do Estado e da ordem burguesas.

Construção partidária: destaques

Ainda sem um início de fato, esta discussão já revela dois destaques.

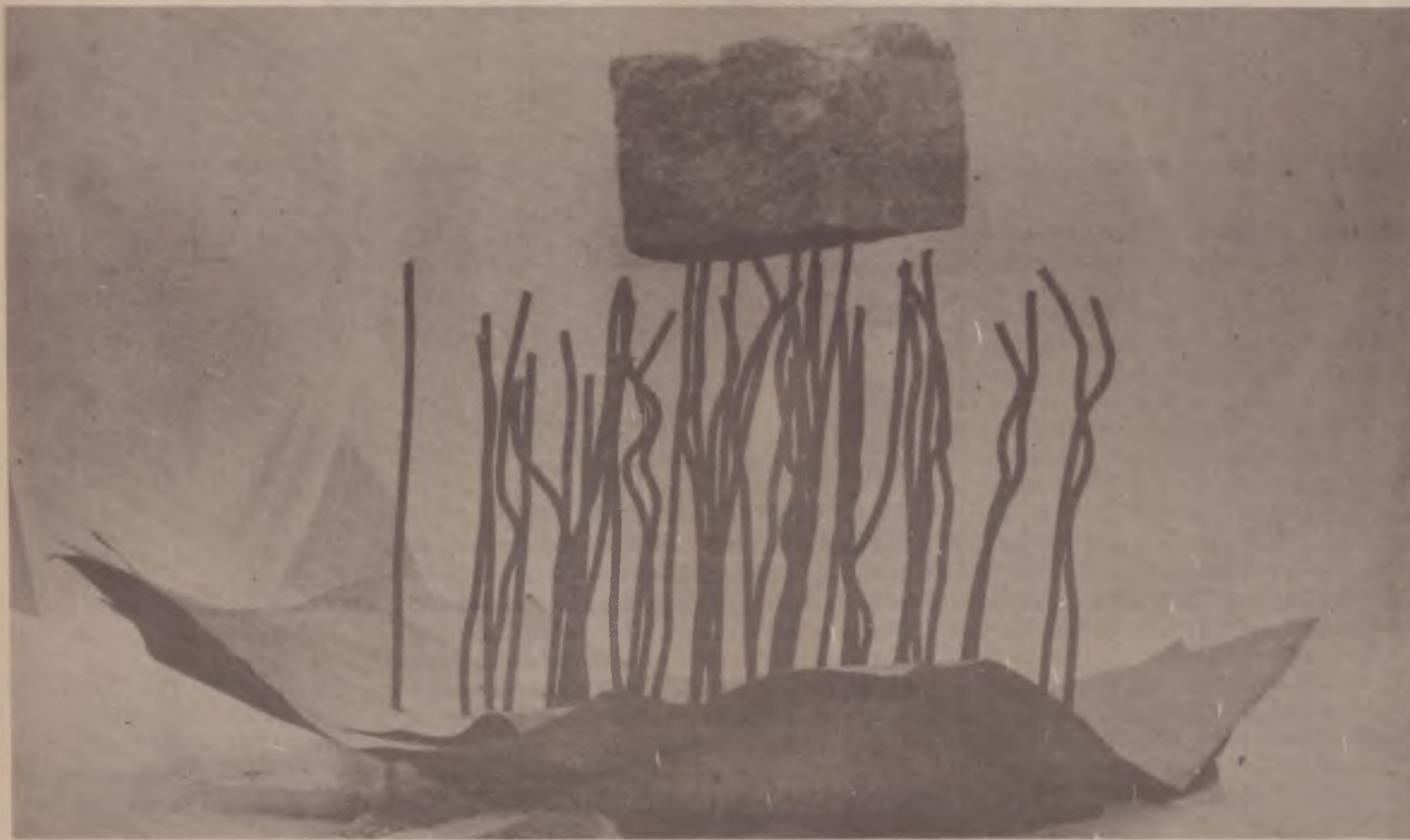
O primeiro é a dimensão estratégica que é dada à questão internacional. Já se apreende não só o peso do PT no novo quadro, a partir das importantes iniciativas de articulação da esquerda latino-americana, mas de alguma forma estamos começando a tirar lições do que significa para qualquer processo de transformação o peso do isolamento. Ou, visto de forma positiva, o quanto é decisivo pensar a transformação social como um processo de luta que transcende as fronteiras nacionais.

O segundo aspecto é a expressiva recepção à luta antidiscriminatória na sociedade - que obviamente alcança vários setores e tem uma dimensão social, econômica e não só cultural. A idéia de participação na direção partidária com peso proporcional à presença feminina na base vem sendo discutida seriamente e é certamente um indicio de mais uma inovação libertária que o PT pode incluir na sua tradição. □

Há uma convicção ainda inicial de assentar a discussão sobre as bases acumuladas pelo partido, sobre o Brasil real.

A idéia da participação na direção com peso proporcional à presença feminina na base é um indicio de mais uma inovação libertária que o PT pode incluir na sua tradição.

Voltar a imaginar o socialismo



Frida Baranek

Catherine Samary

Ao rechaçar o socialismo utópico, os marxistas se esforçaram em enraizar o projeto socialista nas análises das grandes tendências da evolução do desenvolvimento capitalista (expansão do mercado, concentração, monopólios, internacionalização).

A possibilidade mesma do socialismo foi baseada na hipótese de um declínio histórico do capitalismo, em que as relações sociais se converteriam em obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas.

Ao fazermos um balanço destas premissas, integrando as experiências dos países chamados socialistas e a do capitalismo, pode-se sugerir alguns pontos de reflexão.

Alternativa

O socialismo segue sendo uma alternativa necessária ao estalinismo e ao capitalismo. Mas esta avaliação não pode justificar-se na esperança ou na constatação de uma derrocada espontânea de um ou outro sistema.

A pertinência do combate socialista se verifica na análise crítica dos sistemas existentes e de suas crises, em ambos os casos centradas nas relações sociais opressivas. A insistência unilateral no desenvolvimento das forças produtivas deu lugar a enfoques insuficientemente críticos: do mesmo modo que tínhamos que rechaçar o estalinismo, inclusive quando era muito "produtivo", não se pode esperar uma "época de declínio" das forças produtivas do capitalismo para "justificar" uma crítica revolucionária a este sistema.

As possibilidades de vitórias socialistas são uma questão diferente: necessitam a existência de forças sociais e políticas capazes de transformar esta crítica em um projeto alternativo baseado na auto-organização das comunidades afetadas.

Precisamente, a atual debilidade (política) deste projeto alternativo reforça as capacidades de reestruturação do capitalismo. Enfim, este projeto alternativo não pode resistir à lógica capitalista, hoje ainda menos que no começo do século, limitando-se ao terreno nacional.

Balanço

Temos que constatar que o balanço da experiência da luta socialista é mais contraditório que o previsto: no capitalismo não somente tem havido centralização, concentração, internacionalização e expansão do mercado.

Constata-se igualmente a incorporação, em suas engrenagens, da pequena produção e das pequenas e médias empresas, a periódica reaparição, em primeiro plano, da força das leis de mercado (por exemplo nas crises econômicas recentes), a combinação da internacionalização com a manutenção dos estados nacionais, etc.

Paralelamente, no Leste, o gigantismo dos monopólios que se apresentavam como exemplos de "socialização" deve ser criticado (não só por serem burocráticos, prevendo-se a hipótese de que alguns soviets democráticos poderiam gerenciá-los convenientemente).

É preciso romper os monopólios de produção, é necessária a pluralidade de opções para os usuários, é necessário produzir em uma escala pensada em função da capacidade real de controle dos produtores e das comunidades envolvidas (e a resposta a este nível não pode ser a mesma para uma ferrovia, uma farmácia, a criação de porcos e a produção de aço).

Desalienação

O projeto socialista não pode utilizar para seus fins os métodos capitalistas, por que se apóia basicamente na desalienação do trabalho, na apropriação pelos trabalhadores de seus próprios conhecimentos. Nisto re-

O projeto socialista não pode utilizar para seus fins os métodos capitalistas, por que se apóia basicamente na desalienação do trabalho, na apropriação pelos trabalhadores de seus próprios conhecimentos.

side a única possibilidade histórica de construir uma alternativa ao capitalismo.

As experiências de auto-gestão da "propriedade social", guiadas por critérios exclusivamente de mercado (como na Iugoslávia) conduzem a injustiça e a impossibilidade de um controle social coerente com a satisfação das necessidades.

A atual crise das sociedades da Europa do Leste demonstra que se o critério de lucro se converte no motor das decisões e se o mercado se generaliza é necessário reintroduzir um mercado de capital e de força de trabalho contraindo a auto-gestão operária. Trata-se então de um processo de restauração do capitalismo.

Camuflagem

O socialismo não deve definir-se como a planificação total, e sim como uma sociedade que dá a seus membros enquanto indivíduos agrupados em comunidades diversas, a possibilidade de eleição e de controle do que é essencial para (e segundo) eles mesmos. Isto não implica em uma resposta simples e única sobre a dimensão ótima das unidades de produção, nem sobre os mecanismos e instrumentos de controle.

Se o ponto de partida da reflexão já não é o mercado nem a planificação, e sim a emancipação individual e coletiva, então o mercado e o plano devem ser discutidos de forma subordinada às opções prévias da sociedade.

Temos que enfrentar, portanto, aqueles que o consideram a planificação e o mercado como princípios em si mesmos, camuflando projetos opressores (capitalistas ou burocráticos) em nome de uma pseudo-racionalidade econômica (de mercado ou de planificação) que se imporia aos indivíduos. Isto conduziria a atomização, a luta de todos contra todos, à reprodução das desigualdades e opressões sociais e nacionais, que denunciámos no mercado capitalista e na planificação burocrática.

Se parece claro que o mercado generalizado, (onde a força de trabalho é uma mercadoria e o lucro capitalista uma lei) é opressor, se igualmente está demonstrado que nas mãos da burocracia a reintrodução do mercado é reacionária não é evidente que a construção do socialismo tenha que contrapor-se a utilização da moeda e de mecanismos mercantis sob controle de uma autêntica democracia socialista.

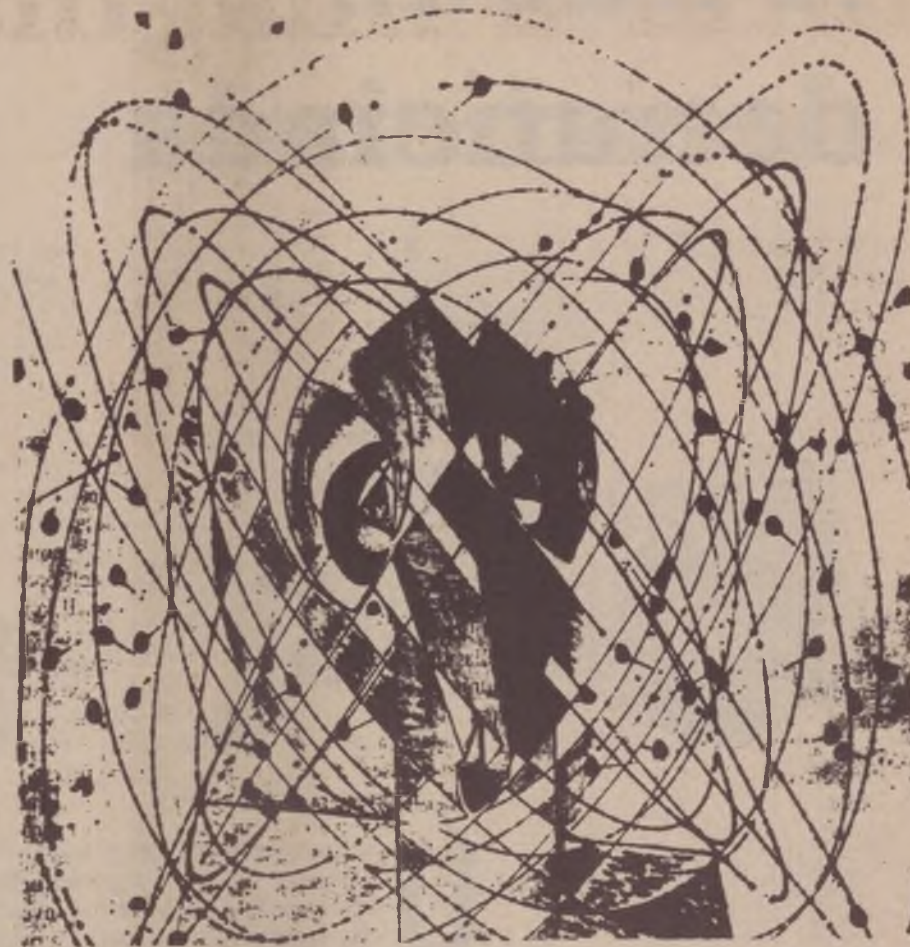
É preciso "socializar o mercado" pelo desenvolvimento da auto-organização dos produtores e também dos consumidores, nas fábricas, nos serviços e nos bairros. De modo mais amplo, diríamos que é necessário assegurar simultaneamente, a desapareição (não a supressão) do mercado e do Estado, enquanto instrumentos opressores que se situam acima dos cidadãos.

É preciso acabar com a idéia que toda a descentralização é mercantil (pode haver planos coordenados em escala regional, local ou por fábrica), de igual modo que a oposição à lógica de mercado não implica na supressão do mercado. Pode ter-se em conta um resultado mercantil, por exemplo, a não rentabilidade de uma empresa, mas sem deixar nas mãos do mercado e de seus automatismos, nem a opção final nem a forma de ajuste. A decisão pode perfeitamente ser tomada com base na solidariedade e em uma pluralidade de critérios, em que a moeda e o mercado não podem manifestar-se: aspectos ecológicos, éticos, demográficos, relações humanas, qualidade de vida, evolução desejada a longo prazo, problemas de desenvolvimento regional-nacional ligados a critérios de soberania, etc.

Para tanto também faz falta discutir o que deve depender da responsabilidade das instâncias descentralizadas (locais, regionais e nacionais) e o que, do ponto de vista dos interessados, será melhor controlado democraticamente a um nível superior de coordenação.

Não existem regras

Este enfoque de conjunto coloca o caráter essencial das formas de organização e de expressão dos interes-



sados, isto é, da democracia. Coloquemos mesmo que resumidamente alguns problemas.

O direito burguês põe em um nível falsamente igualitário classes sociais com relações desiguais. Mas isto não significa, evidentemente, que as liberdades formais devam ser rechaçadas. O essencial de suas limitações (as desigualdades e manipulações do "mercado político" que elas encobrem) nos conduzem à economia. Neste terreno, por excelência privado em uma economia de mercado, é onde se tomam, fora da política e fora da democracia, o essencial das opções de modelo de sociedade, que colocam as relações entre os seres humanos.

Os liberais dos países do Leste estarão ansiosos por eleições livres, mas não pela auto-gestão operária e muito menos pelo direito de greve: porque é o mercado que deve decidir...

Mas se a lógica do lucro se converte em objeto do debate político e de um controle social direto, então as formas parlamentares podem ser um elemento de um sistema democrático socialista.

Certamente, em grande medida tudo isto deve ser repensado: a experiência ensina que a separação de poderes (em especial do judiciário), não pode ser rechaçada por uma oposição simplista às formas burguesas.

É claro também que serão necessárias muitas formas de representação (nacionais, sociais e políticas, com democracia direta e indireta) para expressar diferentes faces das alternativas e interesses em jogo, e para contrapor os efeitos perversos de uma representação única.

Mas insistir sobre a democracia não é por acaso diminuir a flexibilidade e o caráter evolutivo das respostas? Temos que dizer em alto e bom som que não há nenhuma racionalidade econômica universal, nem uma visão normativa das alternativas culturais, sexuais e nacionais determinadas por uma ciência marxista.

O centro de gravidade das respostas socialistas está no direito a eleger, um direito que não deve ser formal e, portanto, associar-se com os meios para eleger. Deste ponto de vista, melhor seria não "pensar" demasiado no socialismo como algo pronto... □

O socialismo deve definir-se como uma sociedade que dá a seus membros a possibilidade de eleição e de controle do que é essencial para (e segundo) eles mesmos.

A fraude denunciada



Frank Stella

Raul Pont

Uma das maiores distorções no sistema eleitoral brasileiro é a desigual proporcionalidade na representação da cidadania nos vários estados. Não é certamente a única causa, mas esse sistema é um dos principais responsáveis pelo

peso do reacionarismo conservador na Câmara Federal.

A Constituição de 1988 limitou-se a copiar um sistema eleitoral herdado do regime militar que o autorizara para, a cada derrota eleitoral fazer a "multiplicação" de deputados nos territórios que iam se transformando em Estados ou na subdivisão destes.

Como a Constituição não foi legítima, nem democrática, nem soberana pois ali votavam senadores e deputados em igualdade de condições e com as regras pré estabelecidas pela ditadura, o resultado não poderia ser outro.

A única mudança no sistema eleitoral foi elevar o teto de 60 para 70 deputados, mas como isso não foi regulamentado, nas eleições de 1990 mantiveram-se os mesmos critérios anteriores: nenhum estado tem menos de 8 deputados e o máximo foi de 60 deputados para São Paulo.

Graças a essa mágica, os dez menores estados cuja população somada não alcança 13 milhões de pessoas elegem 80 deputados federais e 30 senadores. Enquanto isso, São Paulo com mais de 33 milhões de habitantes elege apenas 60 deputados federais e 3 senadores.

A distorção, evidentemente, atinge outros Estados e para ilustrar citaremos alguns exemplos: enquanto um deputado representa em Roraima 16.600 pessoas e no Amapá 32.800 habitantes, um parlamentar gaúcho representa 301.800 habitantes, um deputado do Rio de Janeiro representa 303.700 pessoas, um parlamentar de Minas Gerais responde por 310.500 mineiros e em São Paulo cada deputado corresponde a 551.600 paulistas. O último caso é gritante. Somados, os Estados de Roraima e Amapá não atingem 400 mil habitantes, mas elegem 16 deputados. Em São Paulo 551 mil habitantes indicam um deputado! (os dados São do TSE/1989 - resolução nº 16336).

Paradoxalmente, a mesma Constituição de 1988 afirma em seu artigo 14 que a soberania popular "será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos".

Federação e cidadania

A representação federativa dos estados já está contemplada no Senado, onde independentemente do tamanho e população, a representação é idêntica: 3 senadores por Estado. Aqui já haveria uma distorção sensível mas admitida em nome da Federação, mas, é bom frisar que o Senado no Brasil não é mera casa consultiva ou de controle de contas da União ou do Executivo perante a Federação. Aprecia e delibera todas as questões importantes em igualdade de

condições com a Câmara, portanto com enorme poder decisório pelo voto positivo e, principalmente, pelo veto.

Não há, porém, nenhuma justificativa plausível para a manutenção da atual desproporcionalidade na **representação da cidadania**. Esta tem que ser idêntica para todos pois do contrário estamos consagrando o cidadão de 1ª classe, de 2ª classe... de 40ª classe.

Há aí uma brutal contradição a ser corrigida.

O argumento que rapidamente se ergue no Norte-Nordeste-Centro Oeste é de que caíramos numa "ditadura paulista" ou que a superestimação daqueles estados é para compensar o "sub-desenvolvimento" dessas regiões.

Esses argumentos são visíveis. A cidadania representada em São Paulo há muito deixou de ser "quatrocentona". Milhões de palistas são nortistas e nordestinos que fogem para o Centro-Sul menos devido a seca e mais devido a exploração, ao desemprego, ao latifúndio e ao coronelismo político.

A tese da teoria norte-nordestina ou de seus representantes de que a representação desproporcional compensa a desigualdade entre os Estados e o subdesenvolvimento daquelas regiões e dessa forma os interesses do "povo nordestino e do norte" estariam resguardados é quase uma piada se na prática não fosse a tragédia vivida pelo povo real e sofrido daquela parte do país.

Essas representações não resistem a mais meia dúzia de consultas nos panéis de votação da Câmara e do Senado. Na grande maioria, as bancadas do PFL, do PDS, do PTB, do PRN e inclusive boa parte do PMDB dessas regiões são a fina flor do reacionarismo conservador e votam contra toda e qualquer medida que vise dividir a renda, aumentar salários, fazer a reforma agrária etc...

Crerios objetivos

A questão central, porém, não é essa. Refutamos esses argumentos pois são os que mais aparecem. A nossa preocupação não é discutir quem melhor representa quem. Queremos é um critério idêntico, estabelecidos por princípios objetivos defensáveis em qualquer situação e não casuísticos que são ainda resquícios da ditadura militar.

Nesse sentido, apresentamos na Câmara Federal projeto de emenda constitucional procurando sanar essa desigualdade, através de uma proporcionalidade mais próxima da realidade do país, e que busque fortalecer um sistema partidário nacional, programático, ideológico, único capaz de superar o clientelismo e o fisiologismo dominantes hoje.

Após discussão na bancada e na direção partidária apresentamos a proposta para a coleta de assinaturas (1/3 da Câmara) que a Constituição exige para emendas constitucionais.

Depois de muita conversa, contatos pessoais com dezenas de parlamentares, com a oposição já declarada das bancadas do Norte-Nordeste que já "fecham" questão contra a proposta, alcançamos as 168 assinaturas para a tramitação do projeto.

Em resumo, nossa proposta entende que a atual correlação de forças tornaria inviável qualquer proposição que partisse de uma proporcionalidade idêntica, pura e simplesmente para todo o país.

É inegável reconhecer, também, que a forma artificial na criação de alguns Estados e a enorme disparidade populacional entre eles faria que alguns tivessem apenas um deputado, o que impediria a representação de um mínimo de diversidade de interesses sociais nesses Estados.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de um piso de três deputados para todos os Estados independente da população. Teríamos então 81 cadeiras ocupadas dessa forma (3x27 Estados), as demais 422 seriam distribuídas através da proporcionalidade idêntica para todo o país - sem teto máximo - com que corrigiríamos a atual distorção.

Propomos, além disso, que o número atual de 503 deputados torne-se fixo pois já é muito elevado e que, a cada censo realizado, o TSE recalcule a proporcionalidade entre os Estados antes do pleito seguinte aos censos decenais, aumentando ou diminuindo as cadeiras dos Estados conforme as variações populacionais.

Essa mudança insere-se numa perspectiva de outras modificações, também urgentes, como o unicameralismo, a democratização dos meios de comunicação e a ampliação do poder dos partidos no controle dos mandatos. Sem a mobilização dos trabalhadores e setores democráticos, dificilmente alcançaremos os 3/5 necessários da Câmara e do Senado para modificar a Constituição e ampliar a democracia. □

Projeto de emenda constitucional que ataca as absurdas diferenças na representação proporcional do eleitorado alcança 168 assinaturas na Câmara e deve ir à votação.

Ventos novos, velhas tempestades

MarioDiniz

Em um Congresso com mais de cinco mil estudantes, o PT perdeu a chance de consolidar-se como alternativa de direção na UNE, não conseguiu coesionar a base petista e distanciou-se das possibilidades mais imediatas de resolução da crise do movimento.

Falar do Congresso da UNE realizado em Campinas, é falar do que não aconteceu: a unificação petista e a vitória de nossas propostas. Passado um mês do Congresso, mais do que o exercício de elencar culpados, devemos fazer uma séria avaliação sobre as causas e as conseqüências desta derrota neste momento decisivo de luta contra o projeto neoliberal para a Universidade.

Marchas e contra-marchas

A realização do IV ENEPT com vistas a organizar a intervenção petista e elaborar a tese do ao Congresso deve ser saudado como ponto mais positivo deste processo. Pela primeira vez, o PT, conscientemente, organiza sua intervenção apontando para a criação de uma dinâmica partidária na atuação no ME.

Este primeiro passo ocorreu em meio a dificuldades e contradições devido a ausência de uma cultura de vida partidária num movimento ainda muito marcado pela dinâmica de correntes.

Um exemplo disto foi a postura da Convergência Socialista e O Trabalho/Luta Pelo Socialismo, negando-se a acatar as deliberações do ENEPT e terminado por formar chapa própria à diretoria. A elaboração de uma tese atacando o PT, revela uma divergência de fundo na visão estratégica de intervenção no partido. A tentativa de constituir-se "alternativa de direção ao PT", não ocorreu, apenas colaborou para a derrota petista no Congresso.

Por parte das forças que assinavam a tese petista, uma questão marcante foi a relativa incapacidade e indefinição de como atuar unificadamente no cotidiano. Um clima de desconfiança mútua e a débil atuação conjunta nos estados, não conseguindo superar disputas regionais foram exemplo disto

Tensões da tática

A boa receptividade da tese petista levou a uma superestimação da correlação de forças no Congresso, fazendo com que o PT não se preocupasse com uma intervenção mais marcante nos grupos de discussão, abrindo espaço para o PC do B trabalhar quase sem contraposição. Outra questão que tensionou nossa intervenção foi a divergência quanto à política de alianças. A proposta do PC do B de unificação de textos, numa clara intenção de neutralizar a tese petista, foi defendida pela Nova Esquerda e setores da Articulação, contra a nossa posição.

Esta tensão já se manifestava desde a gestão passada na UNE, numa confusão de encarar a proporcionalidade como diluição de posições e não enquanto concepção de unificação do movimento. Esta opção levou a uma desorientação de nossa bancada, reduzindo em grande medida nossa capacidade de polarização. Somente no último dia, quando esta política era amplamente repudiada na base do PT, a situação foi revertida. A comprovação que a proposta de unificação do PC do B não possuía bases políticas foi a sua decisão de não encarar o debate sobre a reestruturação da UNE. (o PC do B votou contra a criação das UNE's Regionais e contra o direito de voto das executivas de curso no CONEG, propostas centrais de nossa tese) bem como a sua política de formação de chapa, abrindo espaço para o MR-8 e o PMDB.

Outro ponto importante para entender nossa derrota é a insistência do PT em impor sua dinâmica interna ao movimento, fechando-se para outros setores não partidários, 36% dos delegados, cerca de 900 não votaram em nenhuma



das chapas. Isto está consubstanciado na opção de se privilegiar a disputa interna por cargos na chapa petista em detrimento da organização de nossa intervenção. Desde o início era claro o entendimento da necessidade da definição dos nomes da chapa petista previamente ao Congresso, na perspectiva da construção dos representantes petistas que articulariam e dirigiriam o debate de nossas posições na base do movimento, em cima de uma definição respeitando critérios de representatividade, peso no movimento, etc. Essa discussão, foi deliberadamente protelada pela Nova Esquerda e a indefinição da Articulação.

No último dia do Congresso a NE foi derrotada na composição da chapa numa votação onde os próprios apoiadores da tese se abstiveram, em protesto pela dinâmica implementada, num prenúncio do que seria o resultado do Congresso.

Enquanto o PT se degladiava numa mesquinha disputa por cargos, nossa intervenção e o espírito original da unificação iam por água abaixo. Nesse momento, a própria Democracia Socialista chegou a questionar-se sobre a viabilidade, naqueles termos, da unificação.

Aprendendo lições

Apesar da unificação formal do PT, fica a lição que ainda falta muito para criarmos verdadeiramente uma dinâmica partidária. Enquanto prevalecerem posições que colocam a construção própria acima da construção estratégica do PT, não conseguiremos superar este estágio de fragmentação em que nos encontramos.

As principais propostas do PT foram derrotadas no Congresso. A reversão deste quadro vai implicar numa profunda revisão da dinâmica de movimento que temos implementado até agora. Devemos ter claro que a resolução da crise do ME é fundamentalmente de linha política e que a continuidade deste processo de unificação é elemento decisivo nesta superação.

O final deste balanço apesar dos problemas levantados não é pessimista. Ao contrário, avançando em nossas experiências de construção, aprofundando nossa democracia interna e mantendo nossa tradição anti-burocrática é que teremos condições de estabelecer um laço efetivamente duradouro e dirigente com o movimento estudantil e a juventude brasileira. □

Mario Diniz é Secretário de Política Educacional da UNE.

A votação das chapas

"A UNE nos tempos do Collera" -

Pc do B, MR-8, PDT, PSDB, PSB, PCB e PMDB - 715 votos (44,8%),
16 membros na diretoria e 5 na direção executiva (inclusive a presidência).

"Prá fazer acontecer" -

PT (Articulação, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Força Socialista, Vertente Socialista e Movimento por uma Tendência Marxista) e prestistas - 665 votos (41,7%)
- 14 membros na diretoria e 5 na executiva.

"A UNE ao lado dos trabalhadores" -

Convergência Socialista, O Trabalho/Luta Pelo Socialismo, Causa Operária e Partido da Libertação do Proletariado - 26 votos (13,5%) 5 membros na diretoria e 1 na executiva.

Marxismo e utopia



Ed Viggiani

Michael Lowy

Na minha opinião, uma das principais contribuições de Marx para o domínio do pensamento político é precisamente a perspectiva de uma revolução **anti-autoritária**.

Na primeira metade do século dezenove, uma concepção autoritária e **substitucionista** da revolução predominava entre as correntes revolucionárias do movimento comunista nascente (jacobino-babeufismo, blanquismo). A revolução era concebida como a ação de um grupo minúsculo, uma elite revolucionária, que assumia para si a missão de salvar o povo da escravidão e da opressão.

Essas correntes se baseavam na premissa essencial do materialismo metafísico do século XIX: as pessoas eram o produto das condições a que estavam submetidas, e se as condições eram opressão e obscurantismo, a imensa maioria estava condenada à ignorância. O proletariado era portanto considerado incapaz de garantir sua própria emancipação. A libertação deveria vir do exterior, de cima, pelas mãos de uma pequena minoria que, como exceção, tinha conseguido alcançar a instrução e o esclarecimento.

Esse grupo deveria então assumir o papel que os filósofos materialistas do século XVIII tinham atribuído ao déspota esclarecido: destruir **a partir de cima** os mecanismos seculares e auto-reprodutivos das condições sociais e desse modo tornar o conhecimento, a razão e a liberdade acessíveis à maioria do povo.

Auto-emancipação

Em suas **Teses sobre Feuerbach** e na **Ideologia Alemã**, Marx rompeu com as premissas do materialismo mecanicista e formulou as bases de uma nova **visão de mundo**. Integravam essa visão as bases metodológicas para **uma nova teoria da revolução** construídas a partir das mais avançadas experiências do movimento operário de sua época (cartismo inglês, a revolta dos tecelões da Silésia em 1844, etc.).

Rejeitando tanto o velho materialismo da filosofia do Iluminismo (mudar as circunstâncias para libertar o povo) como o idealismo neo-hegeliano (libertar a consciência humana para mudar a sociedade), Marx cortou o nó górdio da filosofia de sua época. Sua terceira tese sobre Feuerbach afirma que na práxis revolucionária a alteração das condições e a transformação das consciências andam juntas. Sua nova concepção da revolução (apresentada pela primeira vez na **Ideologia Alemã**) é obtida a partir desta premissa com rigor e coerência lógica. É apenas através de sua própria experiência no curso de sua própria **práxis revolucionária** que as massas oprimidas e exploradas podem superar tanto as

circunstâncias externas às quais estão acorrentadas (o capital, o Estado), como a mistificação de suas próprias consciências.

Em outras palavras, **a única forma autêntica de emancipação é a auto-emancipação**. Como escreveria Marx mais tarde, na declaração de fundação da Primeira Internacional: "a emancipação do proletariado é tarefa do próprio proletariado". A revolução tem que ser auto-libertação. Ela é descrita ao mesmo tempo como transformações radicais das estruturas econômicas, políticas e sociais e como tomada de consciência das massas trabalhadoras sobre seus reais interesses, descoberta de aspirações, valores e idéias novas, radicais e emancipadoras.

Os elementos que embasam uma visão da revolução obviamente não estão relacionados apenas à "tomada do poder", mas também a um período histórico inteiro de transformações sociais ininterruptas. Na visão de Marx não há lugar para qualquer tipo de déspota esclarecido, seja individual ou coletivo, César ou Tribuno do Povo.

A doutrina (santificada na constituição polonesa) que substituiu o proletariado pelo partido e impõe seu "papel dirigente" desde acima, assim como a ideologia do dirigente infalível, onisciente e benevolente, são uma ruptura completa com os elementos mais profundos da filosofia e da teoria revolucionária de Marx. Para encontrarmos as origens históricas do culto às personalidades de Stalin, Mao, Kim Il Sung ou Ceausescu temos que recorrer à história das religiões ou às práticas do despotismo oriental (asiático ou bizantino). Elas não podem ser encontradas no pensamento do autor do **Manifesto Comunista**.

Crítica implacável

Se, como nós acreditamos, o marxismo é o "horizonte intelectual de nossa época (Sartre), todas as tentativas de "ir mais além" resultam apenas em regressões a níveis inferiores de pensamento, não superiores mas atrasadas em relação a Marx. Em meio a essa "crise do marxismo", estão florescendo o neo-liberalismo burguês, o positivismo, o idealismo metafísico ou o materialismo vulgar, a biologia social e o obscurantismo reacionário. Apenas a atualização do marxismo pode abrir caminho para uma nova crítica com verdadeira capacidade emancipadora.

Na nossa opinião, esse processo deve partir do próprio ponto de partida de Marx em 1843 quando, em uma carta a Ruge, ele descreveu sua abordagem como **a crítica mais implacável a tudo que existe**. Trata-se de empregar o método marxista, que ele mesmo definiu em seu prólogo ao **Capital** como "uma dialética racional... crítica e revolucionária", seu historicismo humanista radical e sua filosofia da práxis com o objetivo de compreender, interpretar e transformar o mundo em que vivemos.

Essa renovação necessariamente inclui o enriquecimento do marxismo com as contribuições dos novos movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista (mas também os movimentos ligados à ecologia, ao pacifismo, etc.). A integração do feminismo como uma dimensão essencial e permanente do programa marxista - e não como um capítulo separado adicionado como algo "vindo de fora" - é uma condição decisiva para o marxismo um caráter universal e radicalmente emancipatório, cujo propósito é a **abolição não de uma, mas de todas as formas de opressão social**.

A atualização do marxismo requer também o seu enriquecimento através das mais avançadas e produtivas formas de pensamento teórico não marxista - de Max Weber a Freud, de Mannheim a Piaget - assim como a integração de resultados limitados, mas úteis dos vários ramos das ciências sociais acadêmicas. A inspiração para isso deveria ser extraída do próprio Marx, que sabia como fazer bom uso do trabalho filosófico e da ciência de sua época - não apenas Hegel, Feuerbach e Ricardo, mas também Quesnay, Ferguson, Sismondi, J. Stuart, Hodgskin, Maurer, Morgan, Lorenz von Stein, Flora Tristan, Saint-Simon, Fourier, etc.

O uso que Marx fez dessas fontes em nada diminuiu a unidade e a coerência teórica de seu trabalho. A pretensão de que o marxismo detém um monopólio exclusivo da ciência, condenando todas as outras correntes de pensamento e investigação, não tem nada a ver com o conceito de Marx da articulação conflitiva de sua teoria com a produção científica contemporânea.

Dimensão utópica

Finalmente, o desenvolvimento criativo do marxismo e a superação de sua "crise" atual exige o reestabelecimento de

A única forma autêntica de emancipação é a auto-emancipação.

sua dimensão utópica. Uma crítica irreconciliável e radical das formas atuais do capitalismo tardio e das sociedades burocráticas pós-capitalistas é necessária mas insuficiente. A credibilidade de um projeto de transformação revolucionária do mundo requer a existência de modelos de uma sociedade alternativa, visões de um futuro radicalmente diferente e a perspectiva de uma humanidade verdadeiramente livre.

O socialismo científico precisa uma vez mais tornar-se utópico buscando sua inspiração no "Princípio da Esperança" (Bloch) que reside nas lutas, sonhos e aspirações de milhões de oprimidos e explorados, "os vencidos da história", em Jan Hus e Thomas Munzer, nos soviets de 1917-1919 na Europa e coletivos de 1936-37 em Barcelona. Nesse nível é ainda mais indispensável abrir amplamente as portas do pensamento marxista à gama de intuições sobre o futuro, desde os socialistas utópicos de ontem até os críticos românticos da civilização industrial, desde os sonhos de Fourier até os ideais libertários do anarquismo.

Marx deliberadamente estabelecia limites severos sobre si mesmo quando se tratava de uma visão utópica. Ele estava convencido de que a preocupação com os problemas relacionados com a realização do socialismo deveria ser deixada para as gerações futuras. Mas nossa geração não pode adotar essa postura. Nós estamos confrontados com sociedades burocráticas pós-capitalistas que se reivindicam como a concretização do "socialismo" e até mesmo do "comunismo". Temos uma necessidade imperativa de modelos alternativos de uma verdadeira livre associação de produtores (Marx).

Imaginação e esperança

Precisamos de uma **utopia marxista** - um conceito herético, mas como poderia o marxismo desenvolver-se sem heresias? Uma utopia que apresente do modo mais concreto possível um imaginário enclive liberado ainda não existente (u-topos, em lugar nenhum) no qual a exploração dos trabalhadores, a opressão das mulheres, a alienação, a reificação, o Estado e o capital sejam todos abolidos. Sem abandonarmos por um instante a preocupação realista com a estratégia revolucionária e a tática e com os problemas materiais mesmo da transição ao socialismo, devemos dar ao mesmo tempo rédea livre à imaginação criativa, aos devaneios, à esperança ativa e ao espírito visionário vermelho.

O socialismo não existe na realidade atual; precisa ser reinventado como o resultado final da luta pelo futuro. Isso significa encorajar uma discussão de longo alcance, sem limites ou tabus sobre as possibilidades de um socialismo democrático baseado na autogestão, com planejamento verdadeiramente democrático (onde os valores de uso predominem novamente sobre os valores de troca), relações não alienadas entre os sexos, o restabelecimento da harmonia entre a humanidade e a natureza e o equilíbrio ecológico do planeta.

Elementos de utopia

Entre os elementos utópicos que deveriam ser explorados mais profundamente podemos mencionar por exemplo:

- Um novo sistema produtivo e tecnológico, explorando o desenvolvimento e o recurso a fontes de energia renováveis, especialmente aquelas que não ameaçam a vida humana ou agridem o meio ambiente natural. O princípio segundo o qual o socialismo não pode primeiro tomar posse do aparelho de estado burguês e usá-lo para seus próprios fins, mas tem que destruir a velha estrutura e construir uma nova, aplica-se também, embora de uma forma diferente, ao aparelho técnico e produtivo existente. A forma atual do maquinismo industrial não é a única possível. Ele pode e deve ser radicalmente transformado - substituído por métodos mais avançados e menos destrutivos de produção.

- A emancipação do trabalho, não apenas pela expropriação dos proprietários privados e pelo controle sobre a produção exercido pelos próprios produtores, mas também pela transformação radical da natureza do trabalho. Isso significa a abolição da divisão sexual do trabalho e da separação tradicional entre atividade manual e intelectual, assim como o restabelecimento da dimensão **artística**, qualitativa do trabalho. Marx criticou o capitalismo industrial (nos **Grundrisse**) pela sua degradação do trabalho: "o trabalho perde todas as suas características de arte (...) e se torna cada vez mais uma atividade puramente abstrata, uma atividade puramente mecânica". Uma reorganização socialista do processo de trabalho requeriria, portanto, uma restituição ao trabalho humano de suas "características de arte".

- A livre distribuição de um número crescente de bens e serviços, correspondendo às necessidades materiais e culturais básicas, e o declínio paralelo do papel do mercado, da produção de mercadorias e do dinheiro.

- Relações de gênero verdadeiramente igualitárias, não hierárquicas e não opressivas, e a universalização para o conjunto da humanidade de valores até então restritos (e impostos) às mulheres: a serenidade, o cuidado com os outros, o altruísmo etc.

- Uma organização democrática e descentralizada da vida econômica, social e política, onde o auto-governo e o controle direto pelos trabalhadores e a população gradualmente substituam o tipo de estrutura burocrática e repressiva conhecida como "o Estado". Mesmo o Estado proletário, revolucionário deveria acabar por "definhar" (Engels), suas funções indispensáveis sendo progressivamente absorvidas pela sociedade civil. O planejamento numa escala mundial, baseado em unidades regionais e locais, substituiria o sistema atual de nações-Estado rivais com suas fronteiras, exércitos, alfândegas etc.

Revolução e progresso

Independentemente de polêmicas com os socialistas utópicos de sua época, os trabalhos de Marx contêm, mesmo que de modo fragmentado, uma dimensão utópica-revolucionária pela qual ele tem sido sempre denunciado pelos seus críticos acadêmicos e reformistas, em nome do "realismo". Uma das características do empobrecimento social-democrata, stalinista e pós-stalinista do marxismo do século XX foi precisamente o abandono dessa dimensão "messiânica" em favor de uma concepção restrita e estreita da transformação social. Para parafrasear uma velha expressão de Lenin, hoje poderíamos dizer que **sêm utopia revolucionária não haverá prática revolucionária.**

Na luta pela recuperação da carga explosiva da utopia marxista, precisamos nos apoiar nas correntes de resistência, na tradição herética e subversiva escondida ou renegada pela burocracia: Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lenin do **Estado e Revolução** e **Cadernos Filosóficos**, o jovem Lukacs, Gramsci, Walter Benjamin.

A **História e Consciência de Classe** de Lukacs (1923) foi a mais avançada expressão filosófica dos princípios da Revolução de Outubro. As idéias de Benjamin podem bem ser uma fonte de inspiração para as revoltas e revoluções que virão.

O ponto de partida e a conclusão final do trabalho de Benjamin - inspirado pela crítica cultural do romanticismo alemão à civilização industrial burguesa, mas indo além dela de um ponto de vista revolucionário - é uma reflexão crítica sobre o **progresso**. Suas **Teses sobre a Filosofia da História**, uma das mais importantes contribuições ao pensamento marxista e à teoria revolucionária desde as **Teses sobre Feuerbach** em 1845, enfatiza que o materialismo histórico precisa compreender o progresso de outro modo. O desenvolvimento técnico e industrial do capitalismo, o domínio crescente da natureza, o desenvolvimento cego da produção não é uma corrente fluindo em uma direção naturalmente inevitável (na qual podemos nadar) rumo ao socialismo. Ao contrário, é uma estrada que pode levar à catástrofe, à destruição da cultura humana.

Alguns anos depois de Benjamin ter escrito suas teses (1940), Auschwitz e Hiroshima confirmaram a correção de sua advertência, muito mais além do que poderia ter imaginado. Em 1986, num mundo constantemente ameaçado por uma ruptura irreversível do equilíbrio da natureza e pelo holocausto nuclear, as idéias de Benjamin não perderam nada de sua relevância.

Para Benjamin, a revolução não é "progresso", melhorando a ordem estabelecida, aperfeiçoando os mecanismos econômicos e sociais existentes. É uma interrupção "messiânica" do curso da história, de seu **continuum**. Mais do que a locomotiva da história, a revolução socialista é o freio emergencial que põe fim ao avanço impetuoso do trem para o abismo.

O agente dessa interrupção revolucionária, o proletariado, carrega na sua consciência coletiva, como uma memória histórica e como motivação para a sua revolta, a luta permanente dos oprimidos e dos vencidos. O proletariado é o seu herdeiro e o executor de seu testamento. □

*Extratos de um artigo publicado na revista norte-americana **Against the current** em 1987.*

Parafraseando Lenin, sem utopia revolucionária não haverá prática revolucionária.

Para Walter Benjamin, a revolução socialista é o freio de emergência que põe fim ao avanço impetuoso do trem da história para o abismo.

Teses sobre o socialismo



Picasso

João Antônio de Paula

I. Os socialistas vivem tempos difíceis. Nunca talvez terá sido tão adversa a situação para os que querem a transformação da sociedade capitalista. A ordem burguesa manifesta-se hoje absoluta e arrogante. O mercado e o neoliberalismo são saudados como as panacéias definitivas contra os males decorrentes do Estado - o melhor Estado é o menor Estado! Tempos obscuros de violência e barbárie, de individualismo exacerbado e agressivo. Barbárie tecnológica e crise cultural, a sociabilidade restrita, a rarefação das formas e dos espaços coletivos. O medo e o "salve-se quem puder" generalizados. Tempos de irracionalismo e alta tecnologia, a pasteurização cultural, a interdição da diferença, a vitória do mesmo, do único.

II. A queda do muro de Berlim encerrou o século iniciado com a Revolução Russa nos diz Hobsbawn. O estridente fracasso das economias de gestão burocrática colocaram o projeto socialista na defensiva, tendo que se defender de variados e poderosos ataques que querem ver no fracasso da burocracia a prova cabal e definitiva da inconsistência e equívocos estruturais e fundantes do socialismo e ao mesmo tempo a afirmação da superioridade do mercado, seu caráter universal, natural, ahistórico. A história morreu dizem, a história acabou porque se realizou: sua forma é a do Estado liberal aos moldes do norte-americano; sua economia é a dos grandes oligopólios internacionais.

III. A euforia dos vitoriosos, sua ofensiva ideológica, o defensivismo e o isolamento dos socialistas escondem, no entanto um paradoxo fundamental, qual seja: o capitalismo continua o mesmo. Isto é, continua a produzir miséria e desemprego, continua o mecanismo de produção de desigualdades profundas de renda e de riqueza, continua o mecanismo contraditório ainda e por causa que é poderoso. Há hoje uma importante pauta de questões complexas que bloqueiam uma saída efetiva e sustentada para o conjunto das economias capitalistas. O endividamento crescente dos Estados Unidos; a instabilidade monetária e financeira internacionais; a falência do modelo institucional criado em Betton Woods são manifestações de uma situação que nem um pouco sugere ou possibilita entusiasmos.

IV. As tarefas dos socialistas são múltiplas e complexas neste momento. Momento em que nunca foram tão necessários a paixão e a razão. Paixão para não deixar que o sonho morra. Paixão para reafirmar a possibilidade do projeto socialista como liberdade e justiça, como alegria e prazer, como democracia e autonomia. Razão para recuperar o marxismo como crítica do capitalismo real, como denúncia das manifestações que a ideologia burguesa tem nos infringido, como instrumento analítico e de intervenção na construção do socialismo. Razão para forjar uma alternativa de superação da crise que signifique contemplar os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e seus aliados.

V. À velha e importante alternativa - reforma ou revolução, devemos responder hoje: reforma e revolução. Que o caminho da revolução no Brasil passa pela combinação de reformas imediatas e a colocação de elementos para o aprofundamento da hegemonia socialista. Que o caminho da revolução no Brasil deve combinar guerra de posição e guerra de movimento. A burguesia brasileira é fiel representante das elites do País historicamente incapazes de qualquer projeto de construção de nação reiteradamente corruptas e ineptas, excludentes e marginalizadoras. Neste sentido, a tarefa dos socialistas no Brasil terá que contemplar a construção da Nação, a efetiva instauração da coisa pública e da cidadania. A construção da democracia, a construção da cidadania, a reconstrução da economia são tarefas que só os socialistas são capazes de realizar hoje no Brasil.

VI. O caminho da construção do socialismo no Brasil é o caminho do avanço e do aprofundamento da hegemonia socialista. Isto significa dizer que é caminho tensionado, conflituoso. O caminho da construção do socialismo no Brasil terá que se fazer admitindo a presença da oposição, da mais ampla liberdade de expressão e organização, do fim do monopólio da informação. O caminho da construção do socialismo no Brasil terá que contemplar a duplicidade de poderes não como algo negativo e imobilizante, mas como processo necessário da construção da hegemonia socialista. As formas de representações gerais (parlamento em todos os níveis) e as formas de representação direta (poder popular organizado) terão convivência certamente conflituosa mas necessária.

VII. A construção do socialismo implica na mais ampla

Nunca foram tão necessárias a paixão e a razão. Paixão para não deixar que o sonho morra. Razão para reafirmar a possibilidade do socialismo como liberdade e justiça, alegria e prazer, democracia e autonomia.

liberdade de organização. Partidos e movimentos organizados autonomamente são a garantia da vitalidade do projeto socialista.

VIII. O marxismo, instrumento fundamental da crítica ao capitalismo e da construção do socialismo, não significa camisa de força ou dogmatismo. O compromisso essencial do marxismo é com a transformação, neste sentido é um instrumento crítico e auto-crítico. Instrumento que se renova, que deve estar o tempo todo aberto ao novo, permeável e flexível. Existem lacunas e insuficiências na análise marxista. Os marxistas devem ser os primeiros a admiti-las e ao mesmo tempo afirmarem a capacidade do marxismo de se renovar, que o marxismo se faz e se refaz permanentemente. Uma lista incompleta de lacunas e insuficiências do marxismo apontará a necessidade de se constituir uma teoria do sujeito; apontará a necessidade de se superar os determinantes e os esquematismos que ainda que ausentes do texto marxiano foram sendo impostos por certa tradição marxista; apontará a necessidade de se constituir uma teoria do Estado Socialista que supere o caráter negativo com que o marxismo clássico sempre viu o Estado; apontará a necessidade de se constituir uma teoria da concorrência capitalista que incorpore os novos dados da dinâmica da estrutura da oligopólice, da expansão e caráter do sistema financeiro, e do papel do Estado na vida econômica contemporânea.

IX. O socialismo não significa estatização absoluta, controle burocrático e planejamento centralizado e autoritário. As regras fundamentais do socialismo são a autogestão, a livre associação dos produtores e a democracia socialista. Nos dois casos o processo de transição para o socialismo terá que se fazer admitindo e incorporando a presença de outras formas de propriedade e gestão econômica e a duplicidade de poderes. A luta pela hegemonia socialista terá que se fazer em meio ao conflito e a tensão dos vários projetos e interesses. No campo específico da economia isto significa admitir a convivência complexa entre as formas de propriedades socializadas, com as formas cooperativadas e privadas de propriedade. Isto é, a transição para o socialismo não suprime em um único ato o mercado e a propriedade, senão que ao lado de garantir a socialização das atividades

econômicas essenciais busca ampliar a hegemonia socialista. Isto é, a autogestão e o planejamento socialista.

X. O estalinismo, a degeneração burocrática, a tragédia em que se converteu a experiência do socialismo real são lições fundamentais que devemos aprender. Não se tome tal processo como inevitável. A vitória do estalinismo e a perpetuação da burocracia devem ser entendidos como processos políticos, como vitória de uma corrente política, de um projeto entre outros. Que o socialismo fez emergir variadas perspectivas e projetos, que acabou por prevalecer um deles, o estalinismo, que esmagou as outras perspectivas e transformou a experiência socialista num tipo de *socialismo de caserna* que significou a negação de todas as virtualidades do socialismo enquanto democracia e autogestão.

XI. Que todas as vicissitudes do socialismo real, sua crise e extinção abrem caminho para que se afirme que o socialismo que sempre nos animou e que nos mobiliza hoje é o que significa:

a. a possibilidade de uma resposta adequada ao desafio ecológico, isto é, o que é capaz de garantir o desenvolvimento sustentado e a biodiversidade;

b. profundas transformações da base técnica e da forma de organização do trabalho e da produção que garantam o efetivo poder dos trabalhadores;

c. a garantia do espaço da diferença e da democracia, isto é, que a concepção de democracia que nos mobiliza é a que Claude Lefort chamou de *invenção democrática*, a ampliação permanente de direitos;

d. que por tudo isto morreu, e não devemos lamentá-lo, um socialismo, e que por tudo o que sonhamos, aprendemos e queremos vamos construir de novo o socialismo que seja autogestão e democracia; afirmação da hegemonia socialista em meio à diferença, admitindo a presença do adverso; processo de extensão e aprofundamento da hegemonia socialista em todos os campos da vida social. □

Maio/91



Picasso

João Antonio é economista e historiador.

Por que socialismo?

Albert Einstein

“...A anarquia econômica da sociedade capitalista tal como existe hoje é, na minha opinião, a verdadeira fonte do mal. Vemos diante de nós uma imensa comunidade de produtores cujos membros se esforçam cada vez mais em despojar-se mutuamente dos frutos de seu trabalho coletivo - não pela força, mas de modo geral em fiel acordo com regras legalmente estabelecidas. Quanto a isto, é importante dar-se conta de que os meios de produção - isto é, toda a capacidade produtiva que é necessária para a produção dos bens de consumo, bem como dos bens capitais adicionais - podem legalmente ser, e em sua maior parte são, propriedade privada de indivíduos(...)

O capital privado tende a se concentrar em poucas mãos, em parte devido à competição entre os capitalistas, em parte porque o desenvolvimento tecnológico e a crescente divisão de trabalho encorajam a formação de unidades maiores de produção às expensas das menores. O resultado desses desenvolvimentos é uma oligarquia de capital privado cujo enorme poder não pode ser efetivamente checado, mesmo por uma sociedade política democraticamente organizada. Isto é verdadeiramente na medida em que os membros dos corpos legislativos são selecionados por partidos políticos, amplamente financiados ou de qualquer outra forma influenciados por capitalistas privados, que, para todos os propósitos práticos, separam o eleitorado da legislatura. A consequência é que os representantes do povo não protegem de fato suficientemente os interesses das camadas subprivilegiadas da população. Além disso, sob

as condições existentes, os capitalistas privados inevitavelmente controlam, direta ou indiretamente, as principais fontes de informação (imprensa, rádio, educação). É, assim, extremamente difícil, e de fato na maioria dos casos completamente impossível, para o cidadão individual chegar a conclusões objetivas e fazer uso inteligente de seus direitos políticos.(...)

A produção é levada a cabo por lucro, não para uso. Não há condições para que todos aqueles que são capazes e estão dispostos a trabalhar estejam sempre em posição de conseguir emprego; um “exército de desempregados” quase sempre existe. O trabalhador está constantemente temeroso de perder seu emprego. Na medida em que trabalhadores desempregados e mal pagos não proporcionam um mercado lucrativo, a produção de bens de consumo é restrita, e a consequência é uma grande miséria. O progresso tecnológico frequentemente resulta em mais desemprego, ao invés de facilitar o fardo do trabalho para todos. O motivo do lucro, em conjunção com a competição entre capitalistas, é responsável por uma instabilidade na acumulação e na utilização de capital que leva a depressões crescentemente severas. A competição sem limites conduz a um vasto desperdício de trabalho e à dilaceração da consciência social dos indivíduos que já mencionnei antes.

Considera essa dilaceração dos indivíduos o pior dos males do capitalismo. Todo o nosso sistema educacional padece deste mal. Uma atitude competitiva exagerada é inculcada no estudante, que é treinado para adorar o sucesso aquisitivo como uma preparação para sua futura carreira.

Estou convencido de que há apenas uma maneira de eliminar esses graves males, a saber, através do estabelecimento de uma economia socialista, acompanhada de um sistema educacional orientado para metas sociais. Numa tal economia, os meios de produção são possuídos pela própria sociedade e utilizados de maneira planejada. Uma economia planejada, que ajusta a produção às necessidades da comunidade, distribuiria as tarefas a serem feitas entre todos aqueles que estão aptos ao trabalho e garantiria um meio de vida a todo homem, mulher e criança. A educação do indivíduo, além de promover suas próprias habilidades inatas, procuraria desenvolver nele um sentido de responsabilidade por seus companheiros ao invés da glorificação do poder e do sucesso, como em nossa sociedade atual.

Não obstante, é necessário lembrar que uma economia planejada não é ainda socialismo. Uma economia planejada como tal pode ser acompanhada da escravização completa do indivíduo. A conquista do socialismo requer a solução de alguns problemas sócio-políticos extremamente difíceis: como é possível, em vista da centralização de longo alcance do poder político e econômico, evitar que a burocracia se torne toda-poderosa e opressora? Como os direitos dos indivíduos podem ser protegidos e como assegurar um contrapeso democrático ao poder da burocracia?

Trechos do artigo publicado originalmente em 1949 no primeiro número da *Monthly Review*, revista socialista independente norte-americana.

A situação mundial

(Terceira parte)

Resoluções

do XIII Congresso Mundial

da IV Internacional



X - Crise de direção e conflitos interimperialistas

Apesar do declínio econômico, os Estados Unidos continuam sendo o imperialismo dominante em virtude da existência de um só Estado, de um mercado interno e de um poderio militar preponderante.

1. A crise das ditaduras burocráticas não significa que a crise de direção burguesa esteja superada. A concentração sem precedentes do poder econômico não se traduz automaticamente na aparição de um novo imperialismo hegemônico. Três pólos concorrentes tentam organizar-se regionalmente. Prossegue o declínio econômico dos Estados Unidos, apesar das recuperações setoriais, com vantagem para o Japão e Alemanha. Embora o papel do dólar, de agora em diante, seja compartilhada por várias moedas, os Estados Unidos continuam sendo o imperialismo dominante em virtude da existência de um só Estado, de um mercado interno e de um poderio militar preponderante.

2. A construção europeia tem como fundamento a internacionalização e a concentração do capital. Entretanto, desde o princípio da crise, as fusões entre capitais europeus e japoneses ou americanos, também ocupam um lugar até mesmo mais importante que as fusões intra-europeias conforme os setores ou empresas. Bem ou mal, a Europa ultrapassou as provações e sua edificação foi retomada no fim dos anos 70 (sistema monetário, eleição do parlamento), e depois nos meados dos anos 80 (ampliação, ato único, exploração da unificação monetária). Mas o projeto europeu entra em contradição com a gestão das relações de forças sociais no quadro dos velhos Estados nacionais: como fazer para homogeneizar um grande mercado de bens sem unificar um espaço social sem correr o risco de unificar a classe operária em escala continental? A explosão da Europa Oriental acrescenta-se a estas dificuldades já existentes, obrigando a uma re-

definição do projeto europeu.

3. A paz relativa da qual se beneficiaram durante meio século as metrópoles imperialistas teve como contrapartida mais de 140 conflitos com os países dependentes, interestatais ou étnicos, cujo custo humano é avaliado em mais de 20 milhões de vítimas. O desaparecimento do pretense perigo vindo do Leste deixa o enorme aparelho militar da OTAN a descoberto e sem legitimidade. Os resultados do referendo pela abolição do exército na Suíça oferecem um bom sintoma a este respeito. Os governos temem um surto de antimilitarismo, tanto mais que a distensão a Leste põe a nu as funções de manutenção da ordem no Terceiro Mundo, sujeito à diversas forças especiais e de intervenção rápida constituídas no último decênio.

A URSS está reduzida a situação de uma potência continental maior minada por seus conflitos internos. A França e a Inglaterra são potências militares de segunda classe. A Alemanha pode aspirar a um papel preponderante na Europa à altura de seu poderio econômico, sob a condição de se engajar no caminho de uma política militar internacionalmente ativa. Somente o imperialismo americano pode pretender, hoje, desempenhar o papel de polícia do mundo. Tomou como pretexto a intervenção iraquiana no Kuwait para reafirmar esta supremacia militar e ditar suas condições a seus aliados. A despeito da multiplicação das conferências internacionais, da redução dos arsenais nucleares e dos comunicados de paz, esta crise ilustra, em contraste, as sempre vivazes tendências intrinsecamente belicistas do imperialismo e as ameaças de guerra.

* Retirada de todas as tropas e armas estrangeiras da Alemanha;

* Dissolução da Otan e do Pacto de Varsovia;

* Europa desnuclearizada;

* Dissolução das forças imperialistas de intervenção e abolição dos exércitos profissionais;

* Defesa dos direitos democráticos dos soldados e do direito da juventude à insubmissão.

4. A perspectiva dos Estados Unidos Socialistas da Europa, no presente quadro de crise, se reveste de uma atualidade nova, para responder tanto ao projeto de unidade imperialista da Europa como ao esfacelamento da Europa Oriental:

* Recusa à Europa dos ricos, antidemocrática; dissolução das instituições tecnocráticas de Bruxelas; rejeição dos acordos por uma Europa das polícias; iniciativa por uma assembléia popular pan-europeia;

* Defesa dos direitos democráticos, notadamente das mulheres (direito ao emprego, ao aborto), dos imigrados (direito de voto, igualdade de direitos), contra o racismo, a xenofobia, o sexismo;

* Direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas no Oriente e Ocidente;

* Harmonização dos direitos sociais no mais alto nível a Leste e Oeste; defesa dos sistemas de proteção social,

dos serviços públicos gratuitos e de qualidade; direito ao emprego e à existência;

* Pacto ecológico com moratória nuclear, contra as poluições industriais, proteção do mar e da floresta.

XI - Uma nova hierarquia mundial de dominação e dependência

1. A evolução das relações de força no seio das sociedades da Europa Oriental não se desenrola a portas fechadas. São determinadas, de uma parte, pela crise econômica e social específica destes países, de outro lado, pelas novas relações de forças internacionais que se esboçam. A crise não anuncia um naufrágio fatal da economia imperialista. Ela tem como perspectiva uma nova repartição entre lucros e salários, uma nova distribuição dos lucros, a instauração de uma nova hierarquia mundial. A capacidade das burguesias imperialistas de conservar a iniciativa política e empreender com êxito a reconquista dos mercados da Europa do Leste depende em muito do fim ou, ao contrário, das próximas reativações da crise econômica.

2. Os quinze anos de profundas turbulências que viveu o mundo capitalista, desde o retorno da onda expansiva, caracterizam-se por importantes modificações nas relações de força.

* O fim dos anos 70 testemunhou a contração das trocas comerciais no centro e à expansão dos créditos ligados aos petrodólares rumo aos países dependentes e aos países do Leste. Para estas duas zonas, a viragem dos anos 80 foi dramática e se manifestou na crise da dívida e numa subordinação mais direta às exigências do FMI: sofreram ao mesmo tempo a deterioração dos termos de intercâmbio, a estreiteza dos mercados mundiais de bens primários (consequência das novas tecnologias na economia de matérias-primas tradicionais), a falta do dólar na primeira metade do decênio e das taxas de juros. Depois de 1985, os países do Terceiro Mundo sofrem além disso, as consequências da crise na URSS.

* Ao longo do decênio transcorrido, quando o comércio mundial se desenvolvia a um ritmo de 7% ao ano em volume, as correntes de troca beneficiaram os produtores de bens manufaturados, cuja parte no intercâmbio mundial de 53% em 1973 para algo como 80% no fim da década de 80. Os únicos países dependentes que se beneficiaram com esse crescimento foram, no essencial, os do sudeste asiático. Este crescimento condicionado à abertura do mercado americano contrasta com a sorte dos demais NPI (novos países industrializados), cuja situação pelo contrário, se degradou.

* O complexo Estados Unidos-Japão-Europa concentra, de agora em diante, dois terços da capacidade de pesquisa/desenvolvimento, a quase totalidade das novas tecnologias, mais de 90% dos investimentos mundiais, quase 95% da capitalização em bolsas. Neste conjunto, os Estados Unidos viram deteriorar-se seu papel mundial em favor do Japão e da Alemanha.

* Nas metrópoles imperialistas, as reestruturações foram aceleradas pela aplicação de políticas liberais, desde a reviravolta dos anos 80: aumento do desemprego, desindexação dos salários, questionamento das convenções coletivas, ampliação do trabalho a título precário. As modificações dos processos produtivos e a transformação dos modos de financiamentos da economia favoreceram a reconstituição dos lucros.

* Contudo, os lucros continuam confrontados com a estreiteza dos mercados e com elevadas taxas de juros, resultando num custo elevado dos empréstimos e no desenvolvimento de aplicações financeiras especulativas que limitam igualmente os investimentos produtivos.

* No quadro da recuperação, os elementos de um novo regime de acumulação desenharam-se a partir dos centros imperialistas: novos produtos de consumo de massas, mesmo que impliquem num mercado mais fragmentado e diferenciado que o automóvel e os eletrodomésticos, novas técnicas de reprodução, nova organização do trabalho, na relação salarial (flexibilidade horária e de remuneração). Mas isto não assegura uma espiral virtuosa de produção/consumo, problema de mercados no momento em que os países dependentes são estrangula-



Picasso

dos pela dívida, quando a pressão das políticas de austeridade se mantém nos países imperialistas; isto não constitui ainda uma relação generalizada e sistematizada, que deveria encontrar seu coroamento em um novo modo de regulação estatal desempenhando um papel comparável, nos novos espaços continentais, ao das políticas keynesianas no quadro dos estados nacionais no após-guerra.

* A concentração internacional entre grandes bancos centrais e governos aumentou desde 1985/87. Entretanto, ela não compensa a ausência de um pólo imperialista realmente dominante ou de uma autoridade supranacional gerindo uma moeda internacional. A construção europeia permitiria uma estabilização das trocas entre as moedas afetadas, mas a internacionalização das economias continuará a minar a eficácia dos procedimentos keynesianos.

4. A recuperação nos principais países imperialistas, depois de 1982, encobre uma desincronização das conjunturas e um endividamento mundial considerável, notadamente nos Estados Unidos.

* O crescimento americano após a recessão de 79/82 afetou-se sobre a base de um deficit orçamentário sem precedentes (financiado massivamente pelos capitais japoneses), exprimindo também não só modificações das relações de forças sociais (apoio fiscal às empresas) como um aumento das despesas militares. Paralelamente, o deficit comercial americano traduziu o papel do mercado americano como principal escoadouro para os produtos da zona asiática e a debilidade estrutural da economia americana.

* Quando o aumento mundial do desemprego e a deterioração das relações de forças sindicais permitia uma certa reconstituição dos lucros das empresas, o consumo final foi mantido graças a uma queda geral na poupança e a uma elevação considerável dos créditos para o consumo.

* A injeção massiva de liquidez na economia depois do crack de outono de 1987 evitou que se desembocasse numa recessão. Isto ocorreu após vários anos de políticas de austeridade, de fracas taxas de investimento, mas de reconstituição progressiva das taxas de lucro. De início, estas serviram ao desenvolvimento das empresas. Mas, desde o princípio de 1987, na perspectiva do mercado único, a retomada dos investimentos produtivos lançou uma dinâmica que o crack não foi suficiente para comprometer. O crescimento europeu permaneceu fortemente autocentrado com um possante desenvolvimento das trocas intracomunitárias.

* As trocas mundiais conhecem uma elevação nos anos 80, mas esta traduziu essencialmente as relações entre os países da Organização De Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com os dragões da zona asiática, paralela a uma contração das trocas com os países dependentes e com os países da Europa do Leste (exceto a RDA). Os investimentos diretos nos EUA (provenientes

O desaparecimento do pretense perigo vindo do Leste deixa o enorme aparelho militar da OTAN a descoberto e sem legitimidade.

O complexo Estados Unidos-Japão-Europa concentra dois terços da capacidade de pesquisa/desenvolvimento, a quase totalidade das novas tecnologias, mais de 90% dos investimentos mundiais, quase 95% da capitalização em bolsas.



O imperialismo está longe de ter atingido os objetivos necessários a uma retomada econômica prolongada do tipo dos anos 50/60. A reintegração de um ou de vários países da Europa do Leste no mercado mundial seria insuficiente para tanto.

Sem o aparecimento de pólos socialistas internacionalistas significativos no Leste, o balanço crítico do "socialismo realmente existente" corre o risco de alimentar estratégias totalmente ilusórias.

essencialmente da Europa e da Ásia) alimentaram este surto e driblaram as tendências protecionistas nos EUA.

* A desaceleração do crescimento, manifestada nos EUA e na Grã-Bretanha depois de 89, pode não desaguar numa recessão generalizada e sincronizada se for contraposta por fontes próprias de crescimento no Japão e na Europa. Mas o aumento dos recursos fiscais para reduzir o déficit orçamentário americano pode transformar-se em bola de neve, e o caráter especulativo do financiamento do déficit poderia, então, precipitar uma crise maior.

5. A despeito dos ganhos realizados, o imperialismo está longe de ter atingido os objetivos necessários a uma retomada econômica prolongada do tipo dos anos 50/60. A reintegração de um ou de vários países da Europa do Leste no mercado mundial seria insuficiente para tanto. A reconquista da URSS e/ou da China pelo imperialismo criaria, em compensação, uma situação qualitativamente nova.

* As burguesias dominantes manifestam um interesse político e econômico evidente em engajar-se nesse empreendimento, mas por enquanto banqueiros e investidores permanecem prudentes em face do abismo econômico e da instabilidade política e social (falta de interlocutores confiáveis, de enquadramento do movimento social, instabilidade das relações de força eleitoral).

* A falta de uma vontade política unificada, de um instrumento monetário, de capitais disponíveis para desempenhar o papel que coube ao dólar no quadro do Plano Marshall depois da guerra, se faz sentir.

A retomada dos anos 80 não marca uma nova expansão com proveito para todo o mundo, mas um aprofundamento das desigualdades e uma transferência do custo da crise sobre os mais fracos. Com efeito, não é mais possível pagar o preço da guerra no Golfo, continuar a financiar os investimentos no centro imperialista, ajudar o Leste a retornar ao mercado amortizando os efeitos sociais dessa "liberalização", ajudar o Terceiro Mundo a amortecer os golpes.

6. Infringindo derrotas parciais aos trabalhadores de suas metrópoles, ganhando, em nome do interesse nacional, a colaboração das direções reformistas, transferindo para o Terceiro Mundo uma larga parte do custo da crise, as burguesias imperialistas conseguiram assumir a ofensiva. Ela se traduz hoje na reunificação capitalista da Alemanha, na edificação de uma Europa imperialista, no retrocesso da revolução na zona dos conflitos ditos regionais, com a bênção da burocracia soviética, e nos objetivos de reconquista dos mercados do Leste.

Entretanto, os reveses sofridos pelo movimento operário internacional não assumiram, em parte alguma, a dimensão de uma derrota histórica. As relações de força permanecem instáveis. As reservas de resistência social, apesar da desorganização do movimento operário tradicional nas metrópoles imperialistas, continuam impor-

tantes. A situação do movimento operário nos principais centros imperialistas repercute fortemente nas outras frentes, no momento em que a crise das economias planificadas por muito tempo identificadas como o socialismo, mergulha numerosos movimentos revolucionários na perplexidade.

Para que este equilíbrio se desloque, num sentido ou noutro, seria necessário que a burguesia conquistasse vitórias esmagadoras em países imperialistas-chave, ou que ela chegue a sufocar as resistências que se manifestam contra os efeitos da economia de mercado no Leste. Também poderia se transformar rapidamente, se uma reanimação da crise coincidissem com uma entrada em ação independente dos trabalhadores em certos países do Leste, notadamente na URSS. Numa perspectiva semelhante, os desenvolvimentos na URSS, na China e na Alemanha terão papel determinante.

7. Apesar das explosões esporádicas nos setores mais diretamente atingidos pela crise das privatizações da degradação dos serviços públicos, a burguesia dos países imperialistas, na década de 80, retomou a iniciativa (segmentação do mercado de trabalho, flexibilidade, recuo global da sindicalização e da consciência de classe).

Uma retomada das lutas sociais desenhou-se na Europa no fim dos anos 80 (com muito menos força nos EUA e no Japão), amortecida pela capacidade de negociação e os recursos das burguesias centrais graças à sua recuperação. Não se produziu uma dinâmica cumulativa de reconstrução de uma vanguarda: isolamento das forças revolucionárias, debilidade ou derrota das oposições de esquerda nos partidos tradicionais e nos sindicatos.

O descrédito eleitoral exprime-se pela abstenção e pelo progresso dos verdes, mas também pelo aumento em vários países de uma agressiva extrema direita. Diferentemente dos anos 50, esta extrema direita não exprime somente o rancor de uma pequena burguesia tradicional condenada pela modernização, mas também o desespero de certos setores da classe operária. Nestas condições, a luta contra o racismo e a xenofobia é uma tarefa central e de longo alcance.

8. Os recuos inflingidos à classe operária das metrópoles imperialistas, os compromissos aceitos por suas direções reformistas, a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho permitiram aumentar as diferenças de produtividade do trabalho em prejuízo dos países dependentes e das economias planificadas. O aprofundamento da concorrência internacional pesa mais fortemente sobre as condições de vida dos trabalhadores desses países.

* Nos Estados operários burocratizados, assiste-se, agora, apenas a um começo de reorganização independentemente do movimento operário, provavelmente mais massivo na URSS (exemplo: a greve dos mineiros). Resta saber como vão estabelecer-se as relações de forças no quadro desta reorganização e a que ritmo: a formação da consciência de classe nesses países é diferente quando o capitalismo é contestado em seu centro por milhões de grevistas e por um poderoso movimento anti-guerra (como foi o caso no fim dos anos 60), de que acontece hoje, com lutas defensivas, dispersas e sem projeto de transformação social.

* Nos países do Terceiro Mundo, as explosões sociais violentas exprimem situações profundamente diferenciadas. No Brasil, na África do Sul, na Coreia existe um novo proletariado combativo. Paralelamente, em outros países, predominam a desindustrialização, o florescimento de um setor informal, a marginalidade urbana. Numa economia mundial mais internacionalizada do que nunca, o populismo tradicional está num impasse. Em certos países seu declínio favorece a irrupção potencial de um populismo reacionário e de um chauvinismo desesperado. Do ponto de vista da reorganização da vanguarda, o naufrágio do pretendido "campo" socialista exige de agora em diante amplas recomposições. Mas, sem o aparecimento de pólos socialistas internacionalistas significativos nos países do Leste, o balanço crítico do "socialismo realmente existente" também corre o risco de alimentar estratégias políticas totalmente ilusórias. □

A crítica dos tempos



Inprecor. Correspondência de Prensa Internacional para América Latina. Secretariado Unificado da Quarta Internacional.

Revista mensal em castelhano. Em junho, número duplo, com 84 páginas, contendo as resoluções do XIII Congresso Mundial da Quarta Internacional, realizado em fevereiro: documentos aprovados sobre Situação Mundial, URSS, Europa, América Latina, Luta das Mulheres e posições minoritárias. Cr\$ 800,00.



Marxismo e feminismo. Cadernos Democracia Socialista. Editora Aparte.

Coletânea de quatro textos sobre um tema central do pensamento socialista contemporâneo: "Marxismo e feminismo" de Frédérique Vintenil, "O feminismo e a luta das mulheres" de Tatau Godinho, "Por uma abordagem revolucionária da questão sexual" de Rosa Olivares e a resolução da DS "Os fundamentos da luta pela libertação das mulheres". Cr\$ 300,00.



A obra de Sartre. Busca da liberdade. István Mészáros. Editora Ensaio.

O filósofo húngaro, discípulo de Lukács, traça o perfil do intelectual marxista e filósofo existencialista francês. A devastação da condição humana, a vivência dos dilemas e contradições de nosso século, a honestidade intelectual, o compromisso com o engajamento, em uma vida e obra apaixonada e apaixonante. Cr\$ 5.000,00.

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Caio França, Alvaro Alencar, Fernanda Estima, Adelaide Jóia.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1144 CEP 20.031/ Vitória: Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921/Salvador: Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 3.000,00 () Apoio Cr\$ 5.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:

Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05.404 - São Paulo - SP

Encontro Nacional de Entidades Negras

Matilde Ribeiro

O I Encontro Nacional de entidades Negras será realizado em São Paulo de 14 a 17 de novembro deste ano. Terá como temário geral a "avaliação, concepções, desafios e perspectivas do movimento negro". Pretendemos aprofundar o entendimento da intersecção entre as questões de classe, raça e gênero, buscando a forma de articular estas lutas; organizar o encaminhamento de lutas unificadas, rompendo o estágio atual de dispersão e isolamento; investir na formação de novas lideranças e planejar ações sistemáticas no sentido do desmascaramento da discriminação racial.

O processo de organização do I ENEN iniciou-se em 1990. O primeiro passo foi dado com a constituição de Fóruns Estaduais de Entidades Negras. A partir daí, definiu-se o critério para a formação da Coordenação Nacional, que é composta por cinco representantes de entidades negras de cada estado (hoje participam 16 estados), eleitos nos Fóruns Estaduais. A executiva Nacional é composta de 22 representantes.

Para a organização do I ENEN alguns critérios básicos foram definidos:

Entende-se por entidade negra aquela que é formada por maioria negra, que tenham como objetivo específico combater o racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas que não tenham vínculo às estruturas governamentais ou partidárias;

Só poderão participar entidades ou grupos criados até seis meses antes do I ENEN. Os delegados deverão ser escolhidos em assembleias convocadas publicamente para este fim e com o conhecimento dos Fóruns Estaduais, com o prazo de trinta dias de antecedência;

As entidades que, por algum motivo, não tenham participado dos Fóruns Estaduais podem participar do Encontro, desde que acatem os critérios acima;

O quórum para assembleia da escolha de delegados é de no mínimo dez participantes, o que dá direito a um delegado. Após este número, a soma de cinco participantes dá direito a mais um delegado.

Maiores informações sobre o I ENEN poderão ser obtidas através da Secretaria Nacional do I ENEN, situado à rua Tabatinguera, nº 301, São Paulo, SP, CEP 01020.

Mulheres Negras

Em outubro deste ano, em Salvador, será realizado o II Encontro Nacional de Mulheres Negras. Contando com oficinas, festas, atividades culturais, fugindo assim às formas tradicionais, o Encontro constitui-se em um espaço que propicia às mulheres negras a troca de experiências, sensibilização e conscientização das opressões a que estamos submetidas. Busca reformular a nossa forma de ser e fazer política, visando a superação dos sistemas opressivos. □

IMPRESSO

A greve das mulheres

Charles-André Udry

Em 14 de Junho de 1971, a "democracia testemunhada" da Suíça, segundo um clichê muito difundido, concedeu o direito de voto às mulheres. Dez anos mais tarde, a Constituição Suíça foi modificada em seu Art. 4º, especificamente: "O homem e a mulher são iguais em direitos. A lei estabelecerá a igualdade, particularmente no âmbito da família, da educação e do trabalho. Os homens e as mulheres têm direito a um salário igual por um trabalho de igual valor."

Dez anos mais tarde, a diferença salarial em empregos idênticos ou similares continuava entre 30% e 32%, segundo cifras oficiais. E, conforme uma tradição parlamentar bem Suíça, a lei de aplicação do artigo constitucional não foi ainda elaborada, o que deixa uma completa liberdade de manobra ao patronato, que multiplica as denominações diferenciadas de cargos e empregos conforme homens ou mulheres os ocupassem.

Qualquer trabalhadora que ousasse arriscar-se a buscar seus direitos na justiça contra seu empregador deveria dispor de uma prova material demonstrando a diferença salarial. Mas na Suíça o segredo dos valores dos salários é tão apreciado quanto o segredo bancário.

Com a multiplicação de iniciativas espontâneas de todos os 99 coletivos feministas, o lilás tomou conta por um dia do país.



Em vista desta situação, a idéia de uma greve de mulheres germinou, a princípio em um círculo restrito de trabalhadoras das empresas relojoeiras, culminando com uma proposição oficial de "greve de mulheres no dia 14 de Junho de 1991" aprovada no congresso da União Sindical Suíça (central sindical majoritária, ligada a social-democracia).

A greve lilás

O 14 de Junho de 91 foi um acontecimento todo especial, em um país onde a "paz do trabalho", a paz social, tem valor de um símbolo nacional. Eram centenas de milhares de mulheres que participaram daquele protesto, das mais diferentes formas.

As greves efetivas foram poucas, porém mais numerosas do que as previstas, ainda mais que as direções dos sindicatos privilegiaram outras atividades, que não as greves propriamente ditas. Mesmo assim as interrupções de trabalho foram muito numerosas. Elas deram oportunidade às mulheres de diversos setores econômicos (comércio, in-

dústria, hospitais, serviços sociais, universidades, meios de comunicação etc) de engajarem-se em ações tais quais a ocupação de um hall de entrada ou de uma cantina para discutir as desigualdades, montar pautas de reivindicações, distribuição de panfletos, camisetas etc.

A greve adotou uma cor: o lilás. Em 14 de Junho, nas ruas e nos locais de trabalho, esta cor predominou. A característica mais significativa: a multiplicidade de iniciativas espontâneas de grupos de mulheres, preparadas durante um mês, de todos os 99 coletivos feministas que cobriram o país.

O patronato não vacilou: seus ataques à greve foram vigorosos. Ele compreendia que uma reivindicação disposta de uma forte legitimidade poderia tornar-se o motor de um tipo de luta e de mobilizações que acreditava - como numerosos burocratas sindicais - "ultrapassado pela história".

Ocorreram manifestações em todas as cidades. Mais de três mil mulheres ocuparam a Praça Federal em Berna, onde se encontram as sedes do Parlamento e do Governo, impedindo os convidados à Jornada Internacional do 700º Aniversário da Confederação Suíça de entrarem pela porta principal do prédio. O décimo aniversário da desigualdade se impôs frente ao 700º do mito da criação da Confederação Suíça.

Igualitarismo

Nestas jornadas, as principais reivindicações colocadas revelam a face das discriminações sofridas pelas mulheres: salários diferenciados e concentração nos setores profissionais de baixos salários, formação profissional (a maioria das jovens são direcionadas para somente oito profissões), dificuldades de reintrodução no mercado de trabalho depois de algum afastamento, discriminação no planos dos cargos de chefia, falta de creches, desvantagens no acesso à previdência social, divisão de tarefas familiares, etc.

Através de uma pesquisa foi apurado que 43% dos entrevistados (homens e mulheres), justificavam a realização da greve, para co-

locar um fim às ilegalidades, consideradas intoleráveis. Revela-se a legitimidade adquirida pela luta em favor da igualdade entre homens e mulheres, e da perda de legitimidade das instituições que deram um status constitucional a igualdade mas se furtavam a sua aplicação.

O 14 de Junho aparece como um primeiro round, vitorioso.

As declarações dos empresários feitas posteriormente mostram que é necessário preparar o segundo round: a burguesia não está pronta a aceitar uma lei que admita reverter o ônus da prova em favor das trabalhadoras que buscarem a justiça e a proteção contra a demissão de toda assalariada que se engajassem em tal procedimento. Diante destas reações do patronato (surpreendido pela dinâmica de uma reivindicação igualitária em um momento onde se fez a apologia do salário por produtividade, uma segunda mobilização, ainda mais massiva, mais direta, poderá sem dúvida tomar corpo.

Charles André Udry é editor do jornal suíço La Brèche.